



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE JUNHO DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Manuel Alegre de Melo Duarte

Secretários: Ex. ^{mos} Srs. Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Fernando Santos Pereira
Artur Jorge da Silva Machado
Abel Lima Baptista

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Em debate mensal com o Parlamento, sobre questões de educação, o Sr. Primeiro-Ministro (José Sócrates), após uma intervenção inicial, deu resposta a perguntas colocadas pelos Srs. Deputados Luís Marques Mendes (PSD), Alberto Martins (PS), Jerónimo de Sousa (PCP), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Francisco Louçã (BE), Francisco Madeira Lopes (Os Verdes), Pedro Duarte (PSD), Rosalina Martins (PS), Luísa Mesquita (PCP), João

Pinho de Almeida (CDS-PP), Agostinho Branquinho (PSD) e Luiz Fagundes Duarte (PS).

Foi aprovado um parecer da Comissão de Ética, autorizando um Deputado do PSD a prestar depoimento na qualidade de testemunha no âmbito de um processo que corre em tribunal.

A Mesa deu conta da apresentação das propostas de lei n.º 19 a 23/X e da proposta de resolução n.º 6/X.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto de Sousa Martins
Alberto Marques Antunes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Ceia da Silva
António José Martins Seguro
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Carlos Cardoso Lage
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando dos Santos Cabral
Glória Maria da Silva Araújo
Horácio André Antunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jacinto Serrão de Freitas
João Cândido da Rocha Bernardo
João Cardona Gomes Cravinho
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Apolinário Nunes Portada
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos das Dores Zorrinho
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Lúcio Maia Ferreira
Luís António Pita Ameixa
Luís Garcia Braga da Cruz
Luís Manuel de Carvalho Carito
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Luís Gomes Vaz
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Marcos Sá Rodrigues

Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Cristina Vicente Pires Granada
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Júlia Gomes Henriques Caré
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Nelson Madeira Baltazar
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Renato Luís Pereira Leal
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui António Ferreira da Cunha
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Teresa Maria Neto Venda
Victor Manuel Bento Baptista
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vítor Manuel Pinheiro Pereira
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando dos Santos Antunes
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Jaime Carlos Marta Soares

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José de Almeida Cesário
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Amaral Lopes
José Manuel de Matos Correia
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Marques de Matos Rosa
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Mário Henrique de Almeida Santos David
Mário Patinha Antão
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Quartin Graça Simão José
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Sérgio André da Costa Vieira
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa
José Batista Mestre Soeiro
Maria Luísa Raimundo Mesquita

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
António de Magalhães Pires de Lima
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
João Rodrigo Pinho de Almeida
José Miguel Nunes Anacoreta Correia
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
Ana Isabel Drago Lobato
Francisco Anacleto Louçã

Helena Maria Moura Pinto
João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Srs. Deputados, a ordem do dia da sessão de hoje é inteiramente preenchida com o debate mensal do Primeiro-Ministro com o Parlamento sobre questões de educação.

Para iniciar o debate, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr.^{as}s. Deputados: Termina hoje, oficialmente, mais um ano lectivo. Este é, portanto, um bom momento para fazer, nesta Assembleia, o balanço do ano que agora finda e para apresentar, também, algumas das propostas do Governo na área da educação.

Srs. Deputados, terminou ontem a primeira semana dos exames nacionais do 9.º e do 12.º anos. Estamos bem conscientes da sua importância para a avaliação do sistema educativo e também para o percurso escolar de cada um dos alunos.

Foi por isso que o Governo nunca deu ouvidos aos que, a meio do ano lectivo, defendiam o cancelamento dos exames do 9.º ano.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas foi também por isso que o Governo não cedeu agora, quando os sindicatos tentaram, por meio da greve, impedir a normal realização dos exames.

Aplausos do PS.

E, sejamos honestos, o objectivo dos sindicatos era mesmo esse: impedir a realização dos exames.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Esta greve começou no dia em que começaram os exames, durou enquanto duraram os exames e acabou quando terminou a primeira semana dos exames. Até a maneira como foi desenhada diz tudo: uma greve em «carrossel», distribuída pelas diferentes regiões do País, para poder durar todo o período da primeira semana de exames.

Mas os números não enganam: esta operação falhou. Dos 200 000 alunos chamados a exame, apenas 198 ficaram impedidos de o fazer. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sublinhemos o mais importante. E o mais importante é isto: é que os exames acabaram mesmo por se realizar.

Aplausos do PS.

O Governo reconhece, naturalmente, o direito dos sindicatos a convocarem as greves que entenderem, nos termos da Constituição e da lei. Mas foi também nos termos da Constituição e da lei que o Governo agiu em defesa daquilo que considera ser o interesse geral: o interesse das famílias e, sobretudo, o interesse dos muitos milhares de alunos de todo o País que tinham os seus exames marcados.

Mas é preciso ser justo: a realização destes exames só foi possível graças ao elevado sentido de responsabilidade de muitos milhares de professores que souberam pôr em primeiro lugar os interesses dos seus alunos.

Aplausos do PS.

Esses professores são credores do respeito e da consideração do País. Eles sabem, como todos deviam saber, que o serviço mínimo que se pede a um professor é o de não abandonar os seus alunos no momento decisivo de um exame nacional.

Aplausos do PS.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é também o momento para falar da preparação do próximo ano lectivo. E, nesta matéria, há uma novidade que quero aqui anunciar: foram hoje publicadas, duas semanas antes do previsto, as listas definitivas para a colocação de professores no próximo ano. Estou, portanto, em

condições de garantir que, no próximo ano lectivo, os professores estarão colocados nas escolas a tempo e horas, de modo a que as aulas possam começar com normalidade.

Aplausos do PS.

Mas devemos ser mais ambiciosos. O Ministério da Educação está já a trabalhar para que, no próximo concurso, seja privilegiada a estabilidade do corpo docente, reduzindo o fenómeno dos professores que todos os anos têm de mudar de escola. Fixar mais os professores à sua escola é condição para uma educação de qualidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O ano escolar termina, assim, com os exames feitos e com o essencial do concurso de professores concluído.

A Sr.^a Celeste Correia (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quero, por isso, deixar aqui uma palavra de elogio e de apreço à Sr.^a Ministra da Educação pela forma competente e determinada como tem sabido dirigir o seu Ministério.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um equívoco que é preciso desfazer: a apregoada ideia de que o Governo resolveu agir «contra os professores». Isso, pura e simplesmente, não é verdade. O Governo não duvida da importância dos professores no sistema educativo e conta com eles para a qualificação do ensino. A acção do Governo visa, isso sim, neste como noutras sectores da Administração Pública, acabar com desperdícios e com desigualdades injustificadas que a proliferação de regimes especiais tem gerado no nosso Estado social.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — É este o sentido das medidas que temos anunciado: promover mais eficiência e terminar com as iniquidades. No fundo, trata-se de gerir melhor os recursos disponíveis por forma a construir um sistema de ensino com mais qualidade e que melhor sirva o desenvolvimento do País.

Dou três exemplos: em primeiro lugar, as regras para a aposentação. O que o Governo defende é que, de um modo geral, a idade legal de reforma seja a mesma para todos os trabalhadores. Este é o princípio, e é um princípio de justiça. Desta forma, por uma questão de equidade, a idade legal de reforma dos professores deve ser a mesma que se aplica aos restantes funcionários públicos, tal como a idade legal de reforma dos funcionários públicos deve ser igual à de todos os outros trabalhadores.

Aplausos do PS.

E que não haja confusões, porque nada disto impede, naturalmente, que nos últimos anos de actividade, e dadas as exigências da sua função profissional, que ninguém contesta, os professores possam desempenhar outras tarefas que não as lectivas, como por exemplo a coordenação pedagógica, a direcção de escola ou o acompanhamento de alunos com dificuldades.

Aplausos do PS.

A questão é muito simples, Srs. Deputados: será justo e razoável que os professores do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico se possam reformar aos 52 anos de idade? Alguém considera, sinceramente, que tal é sustentável e que poderia continuar? Será que estes professores não podem continuar a ser úteis ao sistema educativo, mesmo não dando aulas a partir de certa idade?

Esta não é uma medida contra os professores. É apenas uma medida de justiça e é uma medida de bom senso.

A Sr.^a Celeste Correia (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, dou o exemplo do sistema de progressões na carreira. Não faz nenhum sentido que a evolução na carreira se continue a fazer por um sistema de créditos em formação contínua, que, na prática, se transformou num mecanismo automático de progressão.

O Governo pretende, por isso, implementar um novo sistema de avaliação dos professores para efeitos de progressão. Um sistema que conduza a uma avaliação efectiva e que seja capaz de premiar o esforço e o mérito, porque só assim teremos escolas fundadas na competência e na qualidade.

Aplausos do PS.

Esta, mais uma vez, não é uma medida contra os professores. Esta é uma medida a favor dos bons professores.

Em terceiro lugar, refiro os horários zero. Faz algum sentido, Srs. Deputados, que um professor, no ano em que se reforma, fique sem dar aulas? Será sustentável ter todos os anos mais de 2500 professores nesta situação? Não faz qualquer sentido.

E, finalmente, alguém é capaz de entender que tenhamos 1327 professores, pagos pelo Estado, a exercer funções sindicais?! 1327 professores a trabalhar nos sindicatos?! Será isto admissível? Não. Não é admissível e é preciso fazer alguma coisa. Foi por isso que o Governo tomou a iniciativa de reduzir este número, tendo já acordado com os próprios sindicatos que ele será reduzido já este ano, passando de 1327 para 450.

Aplausos do PS.

Também aqui sejamos claros: o Governo não está a actuar contra os professores, está apenas a fazer o que já devia ter sido feito há muito tempo: corrigir situações que são absolutamente insustentáveis e garantir uma correcta gestão dos dinheiros públicos na educação.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, sem prejuízo das medidas de política previstas para o pré-escolar, para o ensino secundário e para o ensino profissional, quero hoje concentrar-me, aqui, naquela que é uma das principais prioridades da política educativa do Governo: um programa para a qualificação do 1.º ciclo do ensino básico.

Aplausos do PS.

É fácil justificar esta prioridade: o 1.º ciclo do ensino básico, que muitos portugueses conhecem ainda como a escola primária, tem sido o parente pobre do sistema de ensino nos últimos 30 anos. Apesar da modernização e da democratização nos outros níveis de ensino, o 1.º ciclo do ensino básico ficou para trás. A verdade é que se mantém quase intacta grande parte da antiga rede de escolas primárias, que não sofreram uma efectiva integração no sistema de ensino que entretanto se desenvolveu.

Temos 2 000 escolas com menos de 10 alunos e 4500 escolas com menos de 20 alunos. Na maior parte das escolas, e ao contrário do que acontece noutras níveis de ensino, não são servidas refeições às crianças. Na sua maioria, estas escolas fecham às 3 horas da tarde, quando não é mais cedo. E o pior de tudo é que, apesar de termos um rácio global invejável de 1 professor para cada 12 alunos, 15% dos alunos chumbam e o fenómeno da repetência começa logo aos 7 anos de idade.

Esta situação não pode continuar. Como toda a gente sabe, um bom ensino primário é condição de sucesso para todo o percurso escolar.

Aplausos do PS.

Quero, pois, anunciar-vos, Srs. Deputados, cinco medidas para melhorar, nesta Legislatura, a qualidade do 1.º ciclo do nosso ensino básico.

Em primeiro lugar, o horário de funcionamento das escolas será alargado até às 17 horas e 30 minutos, por forma a oferecer às famílias uma escola a tempo inteiro, com efectivas oportunidades de acesso a actividades extracurriculares, estudo acompanhado e desporto escolar.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Essa medida já tem meses, Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador: — Esta medida entrará progressivamente em vigor, mas durante o próximo ano lectivo contamos que 50% das escolas estejam já a funcionar neste regime.

Aplausos do PS.

Em segundo lugar, vamos desenvolver um programa para generalizar o ensino e a utilização das tecnologias da informação nas escolas, em regime extracurricular.

Em terceiro lugar, e conforme já foi anunciado, vamos introduzir o ensino de Inglês no terceiro e no quarto anos de escolaridade, também em regime extracurricular.

Vozes do PCP: — Outra vez?!

O Orador: — No próximo ano lectivo, o ensino do Inglês vai ser uma realidade em pelo menos 25% das escolas.

Aplausos do PS.

Srs. Deputados, gostaria de anunciar-vos que, hoje mesmo, foram enviados para publicação os editais que definem as condições e os termos em que as escolas do 1.º ciclo devem assegurar estas aulas de Inglês.

Em quarto lugar, é imperioso melhorar o ensino da Matemática. Vamos, por isso, investir na valorização das competências dos professores em Matemática, lançando um programa de formação contínua para todos os professores com turmas do 3.º e 4.º anos de escolaridade.

Finalmente, em quinto lugar, até ao fim da Legislatura, vamos generalizar o acesso a refeições escolares para todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, em condições idênticas às dos alunos dos restantes graus de ensino.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é esta a escola que nós queremos: uma escola a tempo inteiro e que ajude a aprender; uma escola pública que garanta refeições às suas crianças, uma escola que ensine Inglês, que incentive o uso das novas tecnologias, que ensine melhor Matemática e que tenha professores mais qualificados.

Queremos uma escola para o futuro, que favoreça a igualdade de oportunidades.

A escola é o retrato do País que somos, mas é também o esboço do País que vamos ser amanhã. Por isso, é preciso que a escola em Portugal se transforme, quanto antes, no retrato da nossa ambição. É isso que queremos: uma escola de ambição, uma escola de futuro para Portugal!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para iniciar a primeira volta de perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Sr. Primeiro-Ministro fez bem em trazer a debate o tema da educação, pois é sempre um tema de permanente importância. Desta vez, de resto, coincidência das coincidências, com um particular tempero. É que também se aplica por inteiro à Sr.^a Ministra da Educação, que, em declarações públicas anteontem proferidas, manifestou uma grosseira ignorância, uma ignorância que não se comprehende em relação a nenhum cidadão e que, num cargo desta natureza, pura e simplesmente não se admite.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Quanto aos exames, faço três observações, Sr. Primeiro-Ministro. A primeira é para dizer que foi bom e positivo que os exames se tivessem realizado, uma vez que eles são necessários e indispensáveis a um ensino exigente e de qualidade.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Deixo, por isso, uma palavra de muito mérito e de muito apreço aos professores que permitiram que os exames se realizassem.

A segunda observação que faço é para dizer que considero inoportunas e despropositadas as datas que os sindicatos encontraram para a realização das suas greves. Não está em causa o legítimo direito à greve, mas, sim, o seu carácter inoportuno face ao interesse público dos estudantes, das famílias e do ensino.

Aplausos do PSD.

Uma terceira observação, que é uma crítica em relação ao Governo, porque apesar de tudo, antes deste processo, poderia e deveria ter tratado com os professores com a importância, o respeito e a consideração que eles sempre merecem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Já agora, por falar em exames, Sr. Primeiro-Ministro, as notícias que têm vindo a público por parte do Governo em matéria de exames para o próximo ano lectivo — e sobre isso o Sr. Primeiro-Ministro nada disse — têm sido contraditórias. Por isso, para que as regras fiquem definidas à partida, pergunto-lhe directamente: os exames do 9.º ano vão ou não ser mantidos no próximo ano lectivo?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A nossa posição vem de trás, é conhecida e mantém-se: somos favoráveis a exames, condição para um ensino rigoroso, exigente e de qualidade!

Aplausos do PSD.

Ainda sobre educação, detectei uma omissão significativa no seu discurso, Sr. Primeiro-Ministro: esperava a apresentação de uma proposta de lei de bases da educação. A lei actual tem 20 anos, está desactualizada, tudo mudou à nossa volta, pelo que todos reconhecem a necessidade da sua «mexida», tendo o PSD já apresentado a sua iniciativa.

A conclusão que retiro do seu discurso é a seguinte: apontou medidas pontuais (algumas delas já tinham sido anunciadas), e embora sejam positivas em vários casos, não há nada de novo, nem há uma estratégia de fundo relativamente à educação. Por exemplo, o Sr. Primeiro-Ministro não falou do aumento da escolaridade obrigatória, do sistema de gestão das escolas e de outras matérias capitais para uma lei de bases moderna, responsável e de futuro.

Aplausos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, mudo agora de assunto.

Como já disse, o caminho que o Governo leva em matéria de défice orçamental e de questões financeiras, económicas e orçamentais não é um bom caminho. Tem três pecados capitais: primeiro, aumenta os impostos — é um erro; segundo, ataca os funcionários públicos — é injusto; terceiro, não reduz a dimensão do Estado, não emagrece o Estado — é um erro, uma falha enorme.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Este é o caminho que conduz mais facilmente ao aumento do desemprego. Justamente o caminho de um Governo que dizia que a sua grande preocupação era criar milhares de postos de trabalho.

Este é o caminho que atrasa a recuperação económica. Justamente o caminho vindo de um Governo que fazia da recuperação económica o seu ponto essencial.

Este é o caminho, Sr. Primeiro-Ministro, em que se pedem sacrifícios a todos menos a uma entidade: ao Estado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pedem-se sacrifícios às pessoas, aos trabalhadores e às empresas e só o Estado, a máquina do Estado, essa coisa gigantesca que temos em Portugal, não faz sacrifícios.

Mas, percebo: os senhores são de esquerda e para as vossas cabeças é impensável mexer no Estado, tudo deve rodar à volta do Estado. Querem Estado para tudo. Até agora, pelo que se conhece vindo a público, em matéria de arrendamento, o que se percebe não é mais mercado, é sempre mais Estado.

Verdadeiramente, Sr. Primeiro-Ministro, esse não é o caminho. Por isso é que o Estado fica sempre, e os funcionários acabam por ser o bode expiatório.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. José Junqueiro (PS): — Olha quem fala!

O Orador: — Esse não é o nosso caminho. O nosso caminho é outro. É o da reforma do Estado: reduzir o tamanho e a dimensão do Estado; acabar com serviços inúteis; terminar com serviços duplicados; concessionar à iniciativa privada e social serviços e funções que já não fazem parte do núcleo essencial do Estado; reformar os sectores gastadores do Estado. Esse é o nosso caminho!

Por isso anuncio, hoje, ao Governo e publicamente, que o PSD vai apresentar, dentro de dias, uma importante iniciativa legislativa para abrir um debate sobre este tema central na sociedade portuguesa: reduzir o tamanho e a dimensão do Estado. É um debate urgente, é um debate que tem de ser feito, é um debate essencial para o futuro.

Aplausos do PSD.

Um último assunto, Sr. Primeiro-Ministro.

O País assistiu nos últimos tempos a imagens e ouviu notícias que põem em causa a segurança das pessoas.

Não devemos ampliar esses factos. Isso seria demagogia.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas também não os podemos ignorar. Isso seria uma grande irresponsabilidade.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Neste momento, e independentemente dos dados estatísticos, há uma percepção clara na sociedade portuguesa: a percepção de que a criminalidade cresceu e de que a insegurança aumentou.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Os portugueses estão seriamente preocupados. E mais preocupados ficam, Sr. Primeiro-Ministro, quando lêem nos jornais notícias, não desmentidas, de que o Sr. Presidente da República manda perguntar a um embaixador de um país estrangeiro se se pode deslocar em segurança a um determinado ponto do território nacional. Lê-se e quase não se acredita!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Uma vergonha!

O **Orador**: — Quero dizer-lhe que deste tema não farei nunca «arma de arremesso» político. Com a segurança das pessoas não se brinca! Mas quero aqui alertar o Governo para a necessidade de tomar as medidas que se impõem para ajudar a resolver este problema e que passam, entre outras, por assegurar o prestígio e a autoridade das forças de segurança.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha terminou.

Beneficiou da mesma tolerância que tive para com o Sr. Primeiro-Ministro, mas agora peço-lhe que conclua.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

A segurança é um dos maiores activos que Portugal possui para as pessoas, para o turismo e para as empresas.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — É que, se não há justiça, se não há liberdade sem justiça, também não há liberdade sem segurança. E sem liberdade e sem segurança também não há uma saudável convivência democrática.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, começo por saudar o facto de, finalmente, o Sr. Deputado se ter referido à questão dos exames.

Protestos do PSD.

Sublinho a sua posição. É a primeira vez que o faz, pelo menos que eu tenha ouvido, no entanto mais vale tarde do que nunca. Mas o importante é que, finalmente, o PSD tenha manifestado uma posição!

Protestos do PSD.

Em segundo lugar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, diz o Sr. Deputado Marques Mendes que, neste caso dos exames, o Governo andou muito bem ao defender aquilo que eram os interesses das famílias e os interesses dos alunos, mas que «deveria ter tratado com mais importância os professores» — parece que foi essa a expressão que usou.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Com certeza!

O Orador: — Sr. Deputado, quero dizer-lhe que o Governo trata com tanta importância os professores que considerou como prioridade na sua acção governativa colocar os professores a tempo e horas no próximo ano lectivo.

Aplausos do PS.

Isto é que é tratar de forma respeitosa e importante os professores. Só lamento que o Sr. Deputado, neste caso, não tenha dito uma palavra.

Compreendo o seu embaraço relativamente a tudo o que aconteceu no passado — o processo de colocação dos professores no ano passado foi um dos maiores fiascos políticos de sempre. Mas o Sr. Deputado deveria ter dito uma palavra sobre o facto singular de, duas semanas antes do prazo previsto, o Governo se apresentar nesta Assembleia podendo dizer que, desta vez, os professores vão ser colocados a tempo e horas nas escolas.

Aplausos do PS.

Essa é uma boa notícia para o País e para os professores. Assim, sim, Sr. Deputado, se mostra a competência dos políticos. Por isso, o Sr. Deputado deveria ter dito uma palavra de elogio à competência da Sr.^a Ministra da Educação.

Aplausos do PS.

Tenho reparado também que, sempre que aqui venho falar e propor medidas concretas, o Sr. Deputado faz umas considerações gerais, mas basicamente diz que vai estudar para casa e depois logo dirá se está ou não de acordo quanto a essas medidas concretas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Mas quais medidas concretas?

O Orador: — Sr. Deputado, é altura de dizer se está ou não está de acordo com as medidas que aqui anunciei!

O Sr. Deputado fez o mesmo aquando do debate sobre a justiça, tendo dito: «vou estudar, e logo direi!». Depois, fez o mesmo no debate relativo à consolidação das contas públicas.

Risos do PS.

Mas o Sr. Deputado pensa que não se nota?! Nota-se muito!

O Sr. Deputado tem de dizer se concorda ou não com as medidas tomadas na área da justiça, relativas à redução das férias judiciais! Se concorda ou não com a medida que anunciei relativamente ao prolongamento do funcionamento das escolas do 1.º ciclo do ensino básico até às 17 horas e 30 minutos! Se concorda ou não que é altura de acabar com o escândalo que reside no facto de os alunos do 1.º ciclo do ensino básico serem os únicos que não têm acesso a refeições na escola!

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — Se concorda ou não que esta é uma prioridade nalgumas regiões do país.

Vozes do PSD: — Foram as câmaras que tomaram a medida.

Orador: — Eu sei, mas isso deve-se ao facto de essas câmaras municipais terem feito mais para além do que deviam. Foi o que sucedeu no Algarve, por exemplo.

A função do Estado e aquilo que vamos fazer é, juntamente com essas câmaras municipais, um programa para retirar o ensino básico do ciclo de envelhecimento e de decadência em que caiu nos últimos anos. É isso que vamos fazer!

Aplausos do PS.

E é sobre tudo isso que o convido a pronunciar-se. O Sr. Deputado tem de dizer se concorda ou não!

O Sr. Hermínio Loureiro (PSD): — E os exames?

O Orador: — O Sr. Deputado não pode estar sempre a evitar as questões. Tem de dizer de que lado está neste caso!

E depois fala-me de estratégia e de lei de bases?!... Sr. Deputado, quero apenas dizer-lhe uma coisa: no que diz respeito ao Processo de Bolonha, iremos resolver em três meses aquilo que durante três anos os senhores não foram capazes de resolver.

Aplausos do PS.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD):— Isso é falso!

O **Orador**: — Depois, já cá faltava o *slogan* do costume, a dizer que o Governo vai por mau caminho, porque ataca os funcionários públicos. Felizmente, desta vez, o Sr. Deputado Marques Mendes poupou-nos à designação «servidores públicos»...

Risos do PS.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Qual é o problema?

O **Orador**: — Já não ouvia essa designação, que o senhor tem utilizado, desde Marcelo Caetano.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É errada?

O **Orador**: — Felizmente, desta vez usou a expressão «atacar os funcionários públicos» e não «os servidores públicos».

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — O que é que tem de mal?

O **Orador**: — Mas, quanto a atacar os funcionários públicos, o Sr. Deputado está muito enganado. Mais uma vez utiliza um *slogan*.

Sr. Deputado, o que o Governo pretende é, no Estado social, criar regras uniformes e combater os regimes especiais, porque esses regimes, na maior parte dos casos, não têm o mínimo sentido. E o Sr. Deputado tem de dizer o que pensa. Não pode, cada vez que se discute o assunto em concreto, refugiar-se na «estratégia».

O Sr. Deputado está ou não de acordo com o princípio segundo o qual as regras de aposentação e do regime da segurança social no sector público devem ser iguais às do sector privado? Responda, Sr. Deputado! Está ou não está de acordo?

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr. Primeiro-Ministro, desta vez vou ter de ser mais rigoroso na gestão do tempo. Vai ter de concluir, se faz favor.

O **Orador**: — Vou concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Luís Marques Mendes tem de responder a esta questão: se considera ou não factor de justiça que o regime de reforma dos funcionários públicos seja o mesmo dos funcionários privados.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — E os exames?

O **Orador**: — E cá estaremos para discutir a reforma do Estado.

Bem sei que há diferenças entre o que Sr. Deputado defende e o que nós defendemos. Nós queremos reformar o Estado, transformando-o num Estado mais eficiente, num Estado mais capaz, mas não queremos reduzir as prestações sociais do Estado em Portugal. Isso não queremos! Não é por aí que se reduz a despesa. A despesa reduz-se gerindo melhor!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, uma nota prévia para tornar claro que digo aquilo que entendo e não aquilo que o Primeiro-Ministro entende que eu deva dizer!

Aplausos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro está aqui para responder às nossas perguntas. Não sou eu que estou aqui para responder às suas!

Aplausos do PSD.

Ficava-lhe bem um bocadinho mais de respeito por esta figura regimental e pelos Deputados que têm de lhe colocar questões.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E o que é que o Sr. Primeiro-Ministro disse relativamente aos exames para o futuro? Perguntei-lhe directamente e respondeu «zero»!. Porquê? Tem dúvidas? Ainda está a pensar?

Risos do PSD.

O que é que disse sobre a nova lei de bases da educação? No passado era importante para si, mas agora já não serve para nada?!

E sobre a escolaridade obrigatória passar de 9 para 12 anos, o que é que o Sr. Primeiro-Ministro pensa?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E sobre a gestão das escolas?

Sr. Primeiro-Ministro, por favor, ao menos ouça as questões que lhe coloco. Quanto às outras medidas pontuais, devo dizer-lhe o seguinte: sobre as questões do ensino do Inglês, do aumento das refeições e do alargamento do horário, que V. Ex.^a já anunciou várias vezes, nós já demos a nossa aprovação de princípio.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não é nada de novo!

O Orador: — Mas constata-se agora uma coisa: é que, dantes, o alargamento dos horários era para toda a gente e agora é apenas para 50% das escolas!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Que, dantes, o Inglês era para todos e agora é apenas para 25%!. Apesar de tudo, é um passo.

Sr. Primeiro-Ministro, coloquei-lhe perguntas concretas a que o senhor tem obrigação de responder. É isso que se impõe.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, Sr. Primeiro-Ministro, não se preocupe com a terminologia «servidores públicos» ou «servidores do Estado». A expressão que uso é «servidores do Estado», mas eu não tenho complexos de qualquer natureza. O senhor é que precisa, de vez em quando, de dar uma nota de outra natureza.

Mas, sobre a questão dos funcionários públicos ou servidores do Estado, gostava de dizer o seguinte, Sr. Primeiro-Ministro:...

Se V. Ex.^a tivesse a amabilidade de me ouvir, em vez de olhar para o ministro do lado, talvez fosse mais útil.

Protestos do PS.

O Sr. Hermínio Loureiro (PSD): — Está a tentar encontrar respostas!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, quando digo e repito que o Governo, em vez de reformar o Estado, de diminuir o seu tamanho, em muitos casos ataca os funcionários públicos... Vou dar-lhe um exemplo claro e concreto: o senhor anunciou aqui, como prioridade das prioridades, terminar com o regime de férias judiciais — tratava-se de uma prioridade, mas ainda não está concretizada; de resto, existe uma confusão relativamente às iniciativas do Governo neste domínio. Acho que tem o direito de tomar essa medida, embora não a considere, nem de longe nem de perto, essencial para resolver os problemas da justiça.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Está de acordo ou não com a medida?

O Orador: — Sobre as questões da justiça nada disse, pois, até ao momento. Tem todo o direito de tomar essa medida, mas acho que é de uma injustiça tremenda atacar os magistrados judiciais ou os juízes por causa dessa medida, como o senhor fez há uns meses atrás.

Aplausos do PSD.

Se essa medida existe é culpa dos governantes, não é dos magistrados!

Sr. Primeiro-Ministro, no que se refere à contratação de professores, no passado houve uma fase que não correu bem, que correu mal, e pela qual o governo anterior pediu publicamente desculpas. E, depois de ter pedido desculpas, alterou o sistema e o problema ficou resolvido. Da limpeza de funcionários que houve no Ministério da Educação, uma limpeza quase total, o único director-geral que ficou foi justamente o que o governo anterior tinha designado para esta área. Portanto, no que se refere ao sistema de contratação de professores, pediu-se desculpa primeiro e resolveu-se a seguir.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Quanto ao Processo de Bolonha, Sr. Primeiro-Ministro, quero avivar a sua memória, que, de vez em quando, fica curta: a lei de bases da educação aprovada na Legislatura anterior, por iniciativa do governo, previa a resolução dos problemas derivados do Processo de Bolonha.

O Sr. Pedro Duarte (PSD): — Todos!

O Orador: — O seu partido votou contra essa lei e o Presidente da República vetou-a. Se não há essa lei de bases é por causa do Presidente da República.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Já estava resolvido!

O Orador: — A não ser que o Sr. Primeiro-Ministro esteja aqui a querer, indirectamente, criticar o Presidente da República. Não sei se é essa a sua intenção.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, em relação às outras questões, não respondeu a nada. Mas quero dizer-lhe que há, de facto, entre outras, uma diferença essencial entre nós: é que eu não quero um Estado mínimo, mas um Estado eficiente; não quero um Estado com desperdício, que vive acima das suas possibilidades e que «vive à grande e à francesa».

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Faça favor de concluir.

O Orador: — Nisso o senhor não é eficaz e esse não é um bom caminho!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, foi impressão minha ou V. Ex.^a quase insinuou que, afinal de contas, quem resolveu o problema da colocação dos professores este ano foram os senhores e não nós?

Risos do PS.

Foi impressão minha?

Vozes do PSD: — Foi!

O Orador: — Era só o que faltava, Sr. Deputado!

Quem resolveu o problema da colocação dos professores foi a Sr.^a Ministra da Educação.

Aplausos do PS.

Talvez o Sr. Deputado não acredite, mas temos de lhe dar a lista de colocação dos professores, porque ela já existe.

Sr. Deputado, quanto à questão do debate, devo dizer-lhe que, na verdade, estamos num debate, mas para haver debate é preciso que haja ideias de ambos os lados.

E para ser sincero, Sr. Deputado, como estamos num debate sobre educação, ainda não vi a apresentação de uma ideia sobre educação vinda de V. Ex.^a. Nem uma! A não ser esta: «É preciso uma nova lei de bases.

Quando é que apresentam a lei de bases?». Mas, ó Sr. Deputado, nós temos o nosso programa e estamos de acordo com a educação e formação até aos 18 anos. Nesse ponto não há discussão!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Responda!

O **Orador**: — O que há, Sr. Deputado, é necessidade de agir e de reformar. E, nesse caso, o Sr. Deputado não pode fugir ao debate: ou se pronuncia sobre as medidas que apresentamos ou, então, apresenta as novas medidas que Sr. Deputado entende serem prioritárias.

Ora, não ouvimos nem uma coisa nem outra! Não se pronunciou sobre as medidas que anunciamos nem apresentou medidas novas.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — O senhor é que tem de responder!

O **Orador**: — Sr. Deputado, não é a mim que tem de responder, é certo, mas estamos na Assembleia da República e o Sr. Deputado tem de responder ao País.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — E quanto aos exames?

O **Orador**: — E o que o País sente quando o ouve é apenas isto: é que o Sr. Deputado não foi capaz de dar o mínimo contributo para que este debate fosse mais substancial.

Aplausos do PSD.

O Sr. Deputado não foi capaz de contribuir com uma ideia, com uma medida. Não é possível refugiarmo-nos na teoria geral para evitar discutir as coisas em concreto. Os portugueses estão à espera de respostas concretas!

Protestos do PSD.

Srs. Deputados, ouçam em silêncio e com respeito, tal como eu vos ouço.

As medidas que apresentámos para a reforma e modernização do 1.º ciclo do ensino básico é do que o País e o nosso sistema educativo mais necessitam.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É recauchutagem!

O **Orador**: — Não é recauchutagem! É apenas agir para termos uma escola melhor! É fazer aquilo que se deve! É responder às inquietações das famílias, que querem as escolas primárias abertas até às 17 horas e 30 minutos, porque isso é absolutamente fundamental! E não existe qualquer razão para que não seja assim. O que as famílias querem é que os seus filhos sejam mais bem educados,...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — E quanto aos exames?

O **Orador**: — ... tenham melhor formação em Matemática, tenham Inglês, tenham acesso ao uso de novas tecnologias. É isso que os portugueses esperam de nós e é esse o nosso programa.

Mas também quero responder à questão que colocou sobre os exames...

Vozes do PSD: — Ah!

O **Orador**: — Trata-se de uma resposta muito simples para lhe dizer: sim, Sr. Deputado!

Vozes do PSD: — Ah!

O **Orador**: — Mas, quanto a isso, o Sr. Deputado não tinha qualquer dúvida!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Estava difícil!

O **Orador**: — Não vamos deixar de fazer a avaliação, porque ela é absolutamente essencial. Os exames servem, naturalmente, para avaliar cada um dos alunos, mas serve também para avaliar o conjunto do nosso sistema educativo. E faremos essa avaliação para melhorar tudo aquilo que for necessário.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Peço-lhe que termine, Sr. Primeiro-Ministro, porque já ultrapassou largamente o tempo de que dispunha.

O **Orador**: — Mas os exames foram concluídos porque o Governo atribuiu à realização desses exames uma prioridade absolutamente indiscutível.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quero começar por saudar V. Ex.^a, pela firmeza do Governo e pelas opções e posições que tomou e tem vindo a tomar nas circunstâncias políticas próximas, e transmitir-lhe que a firmeza necessária para construir um País melhor que o Governo está a empreender tem correspondência absoluta na firmeza com que o Grupo Parlamentar socialista apoia as medidas do Governo, a bem do progresso do nosso país.

Aplausos do PS.

Devo dizer-lhe que nunca como hoje o Estado precisou de ser forte e de ter autoridade democrática, e estamos conscientes de que V. Ex.^a será um protagonista — e está a sê-lo — dessa autoridade democrática que é exigível para empreender as reformas tão complexas que hoje temos de empreender na vida portuguesa.

Por isso, há uma questão que, nesta fase da vida política portuguesa, nos preocupa. Há um problema no funcionamento da democracia em Portugal, que é um problema basicamente de oposição e de certo tipo de oposição em Portugal, designadamente do PSD.

Temos uma oposição sem ideias, sem alternativas, sem rumo e uma oposição imobilista.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PCP António Filipe.

Já lá vamos a si, Sr. Deputado. Agora estou falar do Sr. Deputado Luís Marques Mendes!

Risos do PS.

O Sr. Deputado Luís Marques Mendes diz sempre uma coisa e o seu contrário.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — É um especialista!

O **Orador**: — Quer reduzir a despesa, mas é contra as medidas que o Governo defende na redução da despesa.

Vozes do PSD: — Quais são! Quais são!

O **Orador**: — No passado, quando havia um défice de quatro vírgula tal, era a favor do IVA, mas agora, numa situação extrema, deixou de ser. Também o referendo à interrupção voluntária da gravidez era prioritário e agora deixou de ser.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Não se meta por aí!

O **Orador**: — A limitação dos mandatos era uma questão prioritária, agora é só a lei eleitoral. Isto é: há sempre uma evolução, há sempre uma mudança de trajecto. Digamos que há uma política de ziguezague, sem quaisquer alternativas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — É o PSD que temos! É um PSD sem rumo, sem ideias claras!

Pensávamos — era justo admiti-lo — que o PSD, nesta circunstância, estivesse identificado com os grandes objectivos de interesse nacional do Governo, uma vez que, em grande medida, é responsável pela situação caótica no plano económico a que chegámos.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Basicamente porque transformaram o défice orçamental numa crise económica.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas, em vez de fazerem a sua autocrítica severa dizendo que tinham mentido aos portugueses, que tinham apresentado um Orçamento falseado... E mais: sabiam a verdade e falsearam-no, e o Sr. Deputado Luís Marques Mendes foi conivente com isso! E isso politicamente é grave!!

Deviam perceber que agora tinham de encontrar outro rumo, mas não conseguiram fazê-lo. Continuam em marcha-atrás, sem saírem do sítio onde ficaram e onde estão situados.

Aplausos do PS.

E também era bom que tivessem tido uma palavra mais expressiva relativamente àquilo que o Governo está a fazer neste momento em matéria de educação.

O Sr. Pedro Duarte (PSD): — Já agora!...

O Orador: — O Governo do Partido Socialista está a relançar o 1.º ciclo do ensino básico,...

O Sr. Pedro Duarte (PSD): — É uma «paixão»...!

O Orador: — ... tal como fizemos no passado relativamente ao pré-escolar. É que temos a consciência de que estas medidas que estão a ser agora adoptadas são medidas de natureza estratégica e que, por isso, os grandes problemas nacionais têm a ver com a educação, com o desenvolvimento e com uma política de crescimento e de combate ao desemprego. São medidas de estratégica, não são medidas casuísticas.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, quando falamos em greve — e a questão que tem estado aqui tem sido vertente na questão dos exames —, vale a pena reter que, nesta matéria, não há simplesmente a consagração e o respeito pelo direito à greve, há também, basicamente, a consagração e o respeito por um valor superior a este que é o direito ao ensino e o direito de os estudantes fazerem exames. E foi assim que a generalidade dos professores o entenderam, contra uma minoria de direcções sindicais.

Aplausos do PS.

É bom que nos entendamos: no Estado de direito é o direito e não o corporativismo que protege os interesses sociais.

Aplausos do PS.

Protestos do PCP.

Não recebo lições dos senhores sobre o Estado de direito!

O Sr. José Junqueiro (PSD): — Bem lembrado!

O Orador: — Por isso há matérias que gostaria de colocar-lhe. Diz o Sr. Deputado Luís Marques Mendes que há três questões que é preciso resolver: os impostos, os funcionários públicos e o Estado.

Ora, relativamente a esta matéria do Estado, gostaria de dizer e deixar claro o seguinte: o Governo e o Partido Socialista defendem um Estado social;...

A Sr. Luísa Mesquita (PCP): — Muito mal...

O Orador: — ... defendem, para este Estado social, a necessária sustentação do mesmo; defendem medidas de reforma estrutural estratégicas com vista a preservá-lo e a garantir que as políticas sociais possam ser cumpridas; e defende igualmente que haja uma equidade nos sacrifícios que são pedidos a todos os portugueses. É nisto que estamos empenhados e, por isso, o nosso Estado não é o Estado mínimo das concepções neoliberais — congratulamo-nos com esse avanço, Sr. Deputado Luís Marques Mendes —, é, sim, o Estado necessário ao Estado social e à prossecução das políticas sociais.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Está a falar bem!

O Orador: — Por isso, a ideia que é vital ser defendida nesta matéria é esta: nem Estado mínimo para mercado máximo, mas Estado necessário para salvaguardar os interesses e os direitos sociais dos portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Tem alguma coisa a dizer, certamente...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, o ponto é este: foi o Partido Socialista quando esteve no governo, de 1995 até 2001, que relançou o pré-escolar.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — É por isso que isto tem lógica. A batalha, agora, é a de relançar o 1.º ciclo do ensino básico,...

Aplausos do PS.

Protestos do PCP e do BE.

... porque verdadeiramente foi esta escola — a antiga escola primária — que ficou para trás, no esforço de modernização, desenvolvimento e, até, de maturidade do nosso ensino público em Portugal.

Protestos da Deputada do PCP Luísa Mesquita.

Se queremos defender a escola pública, é aqui que temos de lutar. É esta a melhoria fundamental que temos de introduzir no sistema. Porque verdadeiramente, a área da nossa escola pública que está pior no nosso sistema educativo é a antiga escola primária, é o 1.º ciclo do básico. É aqui que são necessárias melhorias e é aqui que está o principal factor de desigualdade social e de acesso ao conhecimento em Portugal. Por isso é que, de um ponto de vista de maturidade do nosso sistema, mas também de um ponto de vista de combate às desigualdades sociais,...

Protestos do PCP.

... se há área que devemos tornar prioritária é a da melhoria da escola no 1.º ciclo do ensino básico — este é o grande desafio da escola pública em Portugal e vamos fazê-lo com as autarquias.

Aplausos do PS.

Protestos do PCP.

Isto não tem solução sem essa aliança entre Estado central e autarquias locais e isto é absolutamente decisivo para que este Programa tenha sucesso.

Protestos da Deputada do PCP Luísa Mesquita.

Estratégia é escolher o sítio onde lutar e se há área onde devemos lutar e concentrar-nos, não apenas os recursos do Estado central mas também as prioridades daquilo que são as agendas políticas das autarquias, é a do 1.º ciclo do ensino básico. Não duvido de que as autarquias também estarão na primeira linha deste esforço,...

Protestos do PCP Luísa Mesquita.

... um esforço e uma modernização que são absolutamente decisivos para combater o insucesso e o abandono escolares. Um País que se resigna a ter 15% de reprovações, tendo os professores que tem, no 1.º ciclo do ensino básico, é um País que não tem ambição.

A Sr.^a **Celeste Correia** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Ter ambição é querer resolver este problema, é por isso que esta é a prioridade que deve ser imediatamente afrontada com determinação.

Sr. Deputado Alberto Martins, queremos um País melhor ao nível da nossa educação, temos bem consciência da importância que tem a questão educativa para o sucesso económico de um País.

Se há política económica prioritária, essa é a da educação. Tenho bem presente isto, mas o que nós queremos é que o nosso sistema educativo tenha os seus recursos alocados às necessidades e que o nosso Estado social esteja ao serviço de quem precisa. Não podemos ter um Estado prisioneiro das classes profissionais que mais influência têm em Portugal, nem daquelas que têm mais possibilidades de reivindicar. Não!

Aplausos do PS.

O Estado social visa servir quem mais precisa. E aqui vai uma grande linha de separação: grande parte destas medidas que estamos a tomar não são medidas que se destinem ou tenham uma preocupação central com as nossas contas públicas. Não, senhor. Nós queremos reformar o Estado social independentemente das contas públicas.

Estas medidas torná-las-famos, quer houvesse ou não défice orçamental, por uma simples razão: são medidas justas!

Ninguém pode resignar-se à ideia de que temos agora cortes especiais e regimes especiais na função pública que permitem que funcionários públicos possam reformar-se com 52 anos; ninguém comprehende lá fora, excepto aqueles que são naturalmente atingidos, que isto se passe em Portugal. Isto não podia continuar, porque é verdadeiramente isto que põe em causa a sustentabilidade do nosso sistema de segurança social.

Aplausos do PS.

Não tenho dúvidas de que aqueles que são mais conscientes percebem que este regime devia evoluir para que os recursos públicos que o Estado afecta à nossa educação possam servir para servir aqueles que precisam de uma educação; possam servir para melhorar a nossa educação em Portugal e que estejam positivamente a puxar pelo País e pelo seu desenvolvimento. São estas as mudanças que estamos a fazer e é com base nestes princípios: mais justiça no nosso Estado social e um Estado social que sirva todos e principalmente aqueles que mais precisam.

O Sr. Presidente: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a educação é um factor estrutural do desenvolvimento, como V. Ex.^a teve a oportunidade de explicitar. A questão que quero colocar-lhe é no sentido de uma maior precisão relativamente ao calendário e ao alargamento dos horários que V. Ex.^a enunciou, sobretudo, e no sentido de tentar clarificar o tempo da escola com o tempo das famílias — preocupação naturalmente essencial para uma visão mais larga da educação.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Neste sentido, quero também colocar-lhe a questão que se prende com a filosofia da escola pública, a do seu papel motor no desenvolvimento, a do seu papel nuclear na educação, a da dimensão supletiva da escola privada na sua articulação com a escola pública. O esforço que o Governo está a aprofundar vai seguramente no sentido de conferir uma importância basilar à escola pública, mas seguramente privilegiando a ideia, que é essencial, como tive já a oportunidade de referir: a formação e o ciclo básico como um momento essencial naquilo que é o desenvolvimento nacional, o desenvolvimento dos portugueses, e a aposta estratégica no desenvolvimento mais geral do País.

Por isso, a questão a que quero recolocar-me de novo é basilarmente o papel da escola pública no quadro das propostas e das medidas que foram aqui enunciadas por V. Ex.^a.

Aplausos do PS.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sempre quero ver como é que responde a isto!

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, queremos uma escola a tempo inteiro nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico. Significa isto que temos, como eu disse, de adaptar o funcionamento destas escolas àquilo que é a vida das pessoas. E é por esta razão que queremos alargar o funcionamento destas escolas, não há razão alguma para que o sistema não funcione até às 17 horas e 30 minutos.

O Sr. António Filipe (PCP): — Já ouvimos isso três vezes!

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Os senhores é que alteraram!

O **Orador**: — Este ano, temos bem consciência de que este alargamento não pode fazer-se de um momento para o outro. Há muitas escolas onde não é possível fazê-lo, agora, mas este nosso Programa é para toda a Legislatura.

Porém, há uma coisa que estou em condições de vos assegurar: é que neste ano e no próximo, 50% das escolas...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Vão funcionar até às 17 horas e 30 minutos...

O **Orador**: — ... vão já funcionar até às 17 horas e 30 minutos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Porque em 50% das escolas também não há razões, nem de recursos humanos nem de instalações, para elas não funcionarem até às 17 horas e 30 minutos. É por isso que vamos fazê-lo.

Applausos do PS.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Está farto de repetir o «refrão»!

O **Orador**: — Mas as medidas que aqui enunciei basicamente são medidas de conjunto, estudadas e pensadas para que, no período de uma legislatura, voltemos a pôr o 1.º ciclo do ensino básico num lugar central que ele deve ter no nosso sistema educativo.

O 1.º ciclo do ensino básico ficou para trás, foi abandonado, foi esquecido em vários domínios, quer nas instalações quer no apoio aos professores, em muitos domínios que fazem hoje o sucesso dessa escola.

Vozes do PSD: — Pelos senhores!

O **Orador**: — Por isso, é absolutamente escandaloso pretendermos ter ambição na educação e resignarmo-nos a esta ideia de haver 15% de reprovações aos sete anos de idade, no 3.º ano do 1.º ciclo. Esta situação não pode acontecer e não pode continuar!

Neste ponto não há dúvidas, Srs. Deputados: não se pode dizer que estes alunos reprovam porque, enfim, ou não estudam ou não fazem aquilo que devem. Não! É o sistema que não faz aquilo que deve,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Onde é que eu já ouvi isto?...

O **Orador**: — ... porque não há razão para que esses alunos chumbem num número tão significativo. Podemos e devemos melhorar.

Applausos do PS.

E se há, portanto, um ponto em que todos estamos de acordo um ponto essencial para combater o insucesso e o abandono escolares, é quanto a começarmos a melhorar a antiga escola primária, o 1.º ciclo do ensino básico da escola pública. É verdadeiramente nele que está o nosso desafio e a nossa responsabilidade, é nessa escola que temos de concentrar os nossos esforços.

Tenho a certeza de que os autarcas perceberão exactamente do que lhes estou a falar, porque sentem as aspirações das famílias, sentem que é preciso agir e que, mais do que propriamente estudar as leis de bases, o que os autarcas e as famílias esperam é que o Estado dê um sinal claro no sentido de que esta é a prioridade e de que, nos próximos quatro anos, vamos construir uma escola de ambição!

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para formular uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, este é, sem dúvida, um debate importante, mas que, tendo em conta que dentro em breve vamos ter, aqui, uma discussão mais aprofundada sobre o Estado da Nação, nos condiciona em termos das questões que gostaríamos de colocar. Ainda assim gostaria de fazer uma reflexão prévia.

Saberá — e dissemos-lhe pessoalmente depois das eleições — que, para além da derrota da direita, o povo português criou expectativas, criou esperanças e que uma das maiores responsabilidades deste Governo e desta maioria seria a de saber se corresponderia, ou não, a essas esperanças, a essas expectativas. Cem dias passados, essa esperança está a perder-se e a própria expectativa está a diminuir.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Cem dias passados, verificamos que temos uma direita satisfeita, relativamente desocupada,...

Vozes do PS: — Não parece!

O Orador: — ... a pensar apenas nas presidenciais para retomar o fôlego, o que para o Secretário-Geral do Partido Socialista é uma coisa para tratar depois, lá para Outubro; as confederações patronais satisfeitas; e os grandes interesses — os senhores do dinheiro — satisfeitos com a acção do Governo.

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito bem!

O Orador: — No entanto, o que se verifica é uma inquietação e um descontentamento latente. E, quanto a isso, podem os Deputados do Partido Socialista ter uma visão autista e não verificar o que se está a passar neste país; pensar que é apenas mais uma manobra, que é a capacidade de mobilização do Partido Comunista Português, porque subestimam a realidade social.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Outros governos, incluindo o dos senhores, subestimaram essa realidade e, depois, perderam, foram derrotados. Creio que, nesse sentido, a sua intervenção de hoje, Sr. Primeiro-Ministro, não é de rigor, nem sequer é justa e corresponde às preocupações latentes.

O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS): — Só o PCP é que percebe!

O Orador: — O senhor não procura a equidade, não procura a justiça, está a fazer o nivelamento dos direitos por baixo! E essa é uma questão que tem de assumir! Há, na verdade, uma tentativa clara de isolar os trabalhadores da Administração Pública?

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Os trabalhadores mais conscientes do sector privado sempre tiveram a ideia de que o problema não é o facto de os trabalhadores da função pública terem mais direitos ou ganharem mais do que os do sector privado, é o de que eles ganham de menos.

Aplausos do PCP.

E essa é uma lição que o Sr. Primeiro-Ministro deveria registrar.

De qualquer forma, não foi rigoroso, designadamente quando falou da questão dos professores no movimento sindical. Fique sabendo, para sua informação (não estou aqui a representar as organizações sindicais, nem as suas federações),...

Protestos do PS.

... que a Federação Nacional de Educação (FNE) e a Federação Nacional de Professores (FENPROF) colocaram como objectivo, ao Governo de Guterres, a redução, para 400, do número de professores no movimento sindical.

O Sr. António Filipe (PCP): — Exactamente!

O Orador: — E sabe por que é que isso não foi feito? Porque os senhores precisavam de sindicatos fantasmas, para assinar acordos que, na prática, desvalorizavam os outros sindicatos e as respectivas federações!

Aplausos do PCP.

Depois, a sua intervenção também foi um pouco na linha do lapso da Sr.^a Ministra da Educação, que já reconheceu o erro, e grandes são as pessoas que reconhecem os seus próprios erros. Mas essa não lembraria sequer ao Dr. Alberto João Jardim, ou seja, considerar que a unidade do Estado estava em causa só porque um tribunal dos Açores não aceitou aquilo que o Governo considerava como uma verdade absoluta.

Protestos do PS.

E creio que, neste sentido, a sua intervenção não respondeu a grandes inquietações, a grandes questões e desiludi-nos.

Por exemplo, V. Ex.^a referiu — e bem! — no passado, no quadro do Plano Tecnológico, a importância das questões relacionadas com a educação, assumindo outras dimensões e metas...

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — E bem!

O **Orador**: — E bem, sim! Mas o que é que o Sr. Primeiro-Ministro veio, aqui, dizer-nos? O senhor sabe qual é o Plano Tecnológico,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Onde é que isso já vai?

O **Orador**: — quais são as medidas, particularmente, na área da educação? Quais são as áreas?!

Nós até ficamos um pouco desiludidos, porque a comunicação social nos havia dito que viria aqui, hoje, apresentar algumas medidas, algumas metas, alguns objectivos do Plano Tecnológico.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Nem uma!

O **Orador**: — Admito que a comunicação social nos tenha enganado, mas diga, aqui, quais são as medidas do Plano Tecnológico se não levanta-se um problema: começou por ser um choque tecnológico, passou a ser um Plano e, se nada disser, tenho a impressão de que acabará por se reduzir a uma «cócega» e não a um choque, nem sequer a um Plano.

Applausos do PCP.

Mas, aproveitando a sua presença, gostaríamos de colocar-lhe uma questão noutra área.

Já sabíamos que em matéria de política fiscal não refere, para além de algumas medidas pontuais e de alguns anúncios, qualquer alteração de fundo na situação da injustiça fiscal que continuamos a viver: continuarão os trabalhadores a arcar com o fundamental dos impostos e a banca a beneficiar de vantajosas condições para pagar reduzidas taxas efectivas de impostos.

Mas o que não suspeitávamos era que o Governo pretendia utilizar uma autorização legislativa, que Bagão Félix fez aprovar, aqui, no ano passado, para conceder uma amnistia aos capitais colocados ilegalmente no exterior, por forma a poderem reentrar no país impunemente e, provavelmente, voltar a sair depois de legalizados para outras paragens mais atractivas. Agora se percebe por que é que o PS se absteve, tímida e silenciosamente, aquando da votação desta norma do governo da direita.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — É um escândalo, Sr. Primeiro-Ministro: o Governo prepara-se para aceitar que os capitais ilegalmente colocados no exterior se tornem legais mediante o pagamento de uma taxa de 5%, admitindo até — soubemos hoje pelos jornais — que chegue aos 2,5%!!

Veja bem, Sr. Primeiro-Ministro: os pequenos e médios empresários pagam 25% de imposto, se fogem pagam com «língua de palmo», e os capitais fugidos ao fisco pagam 5%! É uma espécie de indulgência fiscal que fica bem baratinha! E não diga o Governo que não está a pensar fazê-lo, porque a receita proveniente desta operação, 200 milhões de euros, que equivale a um total de capitais criminosos passíveis de legalização de 4000 milhões de euros, ou seja, de 800 milhões de contos, está inscrita no Programa de Estabilidade e Crescimento.

Vozes do PCP: — Que vergonha!

O **Orador**: — É um «sinal verde» para os grandes especuladores e burlões do fisco de que podem espoliar o Estado, porque o Governo lhes reservará uma amnistia em conta; é o Governo a abrir a porta ao «dinheiro criminoso» que tinha saído pela «janela».

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que é isso de «dinheiro criminoso»?

O Orador: — Afinal, ao contrário da história, aqui, parece que o crime compensa! Consideramos isto inaceitável!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr. Deputado, já lhe dei uma tolerância de mais de 2 minutos, por isso, agradeço-lhe que conclua.

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, há uma última questão que gostaria de colocar-lhe.

Falou nas reformas, afirmou que o que se está a fazer na Administração Pública é um processo de equidade e de justiça social...

Protestos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso ia lá com senhas de racionamento!...

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr. Deputado, vai ter de concluir.

O Orador: — Sr. Presidente, só queria dizer ao Partido Socialista que nós falamos daquilo que entendemos e não daquilo que o Partido Socialista gostaria que falássemos!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr. Deputado, já ultrapassou muito o seu tempo. Agradeço-lhe que termine.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, isso já é «tempo criminoso»!...

O Orador: — Sr. Presidente, eu sei, mas queria colocar uma questão muito concreta.

O Sr. Primeiro-Ministro falou das reformas e, em relação à questão dos administradores e ao caso concreto do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, a situação escandalosa não é que ele receba 1700 contos de reforma...

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr. Deputado, tem mesmo de concluir.

O Orador: — Sr. Presidente, então, a pergunta fica a meio, colocá-la-ei na réplica.

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, comprehendo bem as preocupações das pessoas e sigo com preocupação o sentimento daqueles que olham para o futuro com ansiedade.

Portugal vive, há muitos anos, uma estagnação económica, mas quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que a responsabilidade do Governo é responder às situações concretas.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O Orador: — E se o Governo não tivesse feito aquilo que fez, se não tivesse tomado medidas quando foi publicamente conhecido o estado das nossas contas pública, a alternativa de nada fazer teria consequências muito piores na nossa economia.

Não duvido de que se o Governo não tivesse apresentado este programa de mudanças — e já lá iremos quanto à justificação das mesmas — a consequência, na nossa economia, teria sido a subida das taxas de juro, que provocaria, isso sim, uma recessão económica que atingiria as empresas, as pessoas, as famílias e também o emprego. Esta é que é a verdade!!

Compreendo as preocupações das pessoas, mas elas sabem que nós estamos a cumprir o nosso dever e também o nosso programa, porque todas estas medidas de reforma no Estado social constam do programa eleitoral do Partido Socialista...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Onde é que está o aumento do IVA no programa?

O **Orador**: — ... não do programa do PCP, naturalmente.

Contudo, já travámos este confronto na campanha eleitoral e acontece que os portugueses escolheram o nosso programa, que não é um programa de rendição à situação actual do nosso Estado social, é um programa de exigência de mudanças nesse Estado!

E nós, Sr. Deputado, ao contrário daquilo que é insinuado no seu discurso e no dos seus responsáveis, não disfarçamos os problemas que o nosso Estado social tem; nós não damos razão a todas as reivindicações que querem mais do Estado social; nós não damos razão a todos aqueles que gritam por mais direitos ou que pensam que os direitos adquiridos e as expectativas adquiridas são para todo o sempre; nós não damos razão a esses. Lamento, mas aí temos esta divergência!!

O Estado social, em Portugal, tem muitos problemas e carece de ser posto ao serviço daqueles que precisam! Não quero um Estado social ao serviço das classes mais poderosas dentro do Estado! Não quero um Estado «capturado»! Não aceito isso!

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado, francamente, pensa que estamos a nivelar por baixo a idade da reforma?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Então, não é?

O **Orador**: — Então, qual é a sua proposta? É nivelar por cima? A sua proposta seria que em Portugal os trabalhadores do sector privado passassem a reformar-se com 60 anos! O Sr. Deputado tem consciência do que isso significaria para a sustentabilidade da Segurança Social?

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — O PS já propôs isso várias vezes!

O **Orador**: — Bom, não vejo outra forma: ou se nivelá por baixo ou se nivelá por cima.

Ora, os 65 anos de reforma existem há décadas e, tendo em consideração tudo o que se passou com o aumento da esperança de vida, considera razoável e até justo que, agora, a idade da reforma seja, para todos, não de 65 mas de 60?! Por amor de Deus!... Isso não tem o mínimo sentido! O que tem sentido é fazer a convergência dos regimes dos sectores público e privado para os 65 anos!

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Cem anos!

O **Orador**: — Isso é que é razoável! E fazê-lo de forma proporcional, não à bruta mas, sim, lentamente, considerando que há situações que devem ser atendidas!

Mas também lhe digo, Sr. Deputado: todos os regimes especiais que não têm justificação não merecem defesa.

Aplausos do PS.

E a defesa que o Partido Comunista faz de alguns regimes especiais não tem sentido.

Num ponto estamos de acordo e tem de me dar razão: é que nós começámos por eliminar um dos regimes especiais que menos sentido tinha, que foi o dos políticos, justamente para haver moral para que os regimes especiais que não têm justificação também possam ser reavaliados. Aí, o Sr. Deputado não deixará de me dar razão!

Aplausos do PS.

E vejo com satisfação que estamos de acordo: afinal de contas, o que o Governo pensa é o mesmo que o Partido Comunista. Não faz o mínimo sentido ter 1327 professores destacados nos sindicatos. Não faz sentido!...

Protestos do PCP.

Mas eu disse, no meu discurso, se calhar ouviu mal, que o Governo fez isto com o acordo dos sindicatos e este ano...

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — É o contrário!

O **Orador**: — Ó Sr.^a Deputada, acalme-se um bocadinho! Ouça também com respeito, como eu a ouço.

Aplausos do PS.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador:** — Acalme-se, Sr.^a Deputada! A Sr.^a Deputada está com um enorme desejo de falar, mas lá chegará a sua vez. Calma, Sr.^a Deputada! Deixe-me responder ao seu camarada, está bem?! Ele está com vontade de me ouvir.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, é favor não entrarem excessivamente em diálogo.

O **Orador:** — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Finalmente, quanto ao Plano Tecnológico, percebo que o Sr. Deputado talvez esperasse um «Plano quinquenal» mas este não é um plano quinquenal!!

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — É zero!

O **Orador:** — Ó Sr. Deputado, ouça! Vou dar-lhe algumas das medidas.

Vão ser empregados 1000 jovens,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Vão?!

O **Orador:** — ... licenciados em gestão, para contribuir para reduzir o desemprego juvenil e para contribuir para a inovação das empresas. Parece-lhe que isto nada tem a ver?!

E a decisão do Governo no sentido de repor os incentivos fiscais à investigação nas empresas também não lhe diz nada?!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador:** — E, finalmente, a introdução do inglês nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico não é um passo...

Risos do PCP e do BE.

... no sentido de transformar o nosso país num país mais competitivo?! O Sr. Deputado não entende que, para sermos mais competitivos, precisamos de falar melhor a língua inglesa?!

Isto é absolutamente decisivo para que o País possa encarar o seu futuro com mais optimismo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Só isso?! Francamente...!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, já fui informado, várias vezes, de que a Conferência de Líderes tinha decidido «tolerância zero». Não respeitei a «tolerância zero», fui compreensivo, mas peço a colaboração para que se actue dentro de limites razoáveis.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Presidente já devia saber que a «libertinagem» dá nisso!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, procurarei corresponder ao seu apelo.

Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, quero fazer um registo importante: em relação a esta questão crucial da justiça fiscal não disse nem uma palavra sobre a situação escandalosa — e o crime compensa — daqueles que fizeram a lavagem de dividendos no estrangeiro,...

O Sr. **Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Que ignorância! É incrível!

O **Orador:** — ... que saíram daqui com aquilo que resultou da especulação bolsista, dos lucros, e agora são recebidos de braços abertos, limpos, salvaguardados de qualquer penalização.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quer que o dinheiro não volte?! É melhor?!

O **Orador:** — O CDS está incomodado, e eu percebo, mas a pergunta é para o Sr. Primeiro-Ministro.

Protestos do CDS-PP.

Ainda em relação à questão do nivelamento ou do não nivelamento e da idade das reformas, e porque talvez ainda fosse muito jovem, quero lembrar-lhe que, por iniciativa do Partido Socialista, foi aprovada uma lei, com o nosso apoio, para a redução da idade da reforma das mulheres para os 62 anos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Veja bem!

O **Orador**: — Veja bem! Nessa altura, o Partido Socialista admitia a redução da idade da reforma; hoje, para o Sr. Primeiro-Ministro, é uma questão sobre a qual nem pensar, antes, pelo contrário, vamos ver se não teremos mas é o aumento da reforma, para todos, para os 68 ou 70 anos. A vida, depois, dirá!

Mas, ainda em relação à questão das reformas e dos privilégios, quero dizer-lhe o seguinte: é inadmissível que aqueles que vêm proclamar a exigência de sacrifícios aos portugueses, designadamente os cinco administradores do Banco de Portugal e o seu Presidente, custem ao erário público, e refiro-me só a estes cinco administradores, 350 000 contos. E em relação ao próprio Sr. Ministro das Finanças, sem qualquer conteúdo de ataque pessoal e com todo o respeito pela sua pessoa e pelo Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer que o problema não está na quantidade de dinheiro que o Sr. Ministro ou outras pessoas possam receber, o problema é que ao fim de cinco anos possam ter direito a uma reforma.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — O problema não está no quantitativo mas numa situação tão injusta que, com certeza, seria necessário revogar. E, sem nenhum ataque pessoal, queria reafirmar esta posição. É que, se não for assim, não vale a pena o Sr. Primeiro-Ministro vir aqui com discursos. O Sr. Primeiro-Ministro sabe que sem as pessoas acreditarem, sem a mobilização dos trabalhadores, sem a mobilização do povo português não saímos da crise em que nos encontramos. É preciso mais crescimento, é preciso mais desenvolvimento mas também é preciso respeito por quem trabalha, designadamente respeitando os seus direitos.

Aplausos do PCP.

Esse é o problema central que este Governo está a suscitar, porque tem de optar entre uns e outros e creio que está a optar mal.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, em primeiro lugar, percebo o seu ponto de vista mas, neste aspecto, temos de ser pragmáticos e Portugal tem de escolher entre manter os capitais lá fora...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O **Orador**: — ... ou tomar uma atitude muito semelhante à de todos os países da União Europeia. E aqui só temos de ter o mesmo comportamento de todos os outros países, porque, se não o fizermos,...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — A França não avançou!

O **Orador**: — Sei que o mundo é muito injusto mas é com a injustiça do mundo que temos de lidar. A nossa abordagem é, pois, pragmática...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Ai é?!

O **Orador**: — ... e o ponto da situação é este: para Portugal, é muito importante que esses capitais regressem.

Quanto à redução das reformas, Sr. Deputado, não quero disfarçar o problema mas nunca vi o Partido Comunista expressar uma preocupação com a sustentabilidade do nosso sistema de segurança social.

Vozes do PCP: — O quê?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pelo menos séria!

O Orador: — Então, coloquemos as coisas da seguinte forma: sinceramente, o Sr. Deputado considera que se baixássemos a idade da reforma, no regime geral, para baixo dos 65 anos, isso seria compaginável, porque seria um problema a somar aos que já existem, com a sustentabilidade da nossa segurança social? Sr. Deputado, sinceramente, algum dia lhe foi proporcionado um estudo sobre as consequências que isso teria? É que isso teria apenas uma consequência: diminuir o prestígio do nosso Estado social, pô-lo em crise, porque traria uma grave crise orçamental, e não garantir as pensões actuais nem as futuras. Isso, nunca farei, porque gosto demasiado do sistema público de segurança social!

Sr. Deputado, de uma vez por todas, digamos a verdade: é demagógico pretender que o esforço que se deveria fazer na segurança social era passar a idade da reforma de 65 para 60 anos...

Vozes do PCP: — Mas nós não dissemos isso!

O Orador: — ... ou fazer uma aproximação da idade da reforma, a meio caminho, entre 65 e 60 anos. Isso é apenas demagogia!

Aplausos do PS.

E uma demagogia que não serve o sistema público de segurança social!

Depois, Sr. Deputado, desta vez, há uma coisa que não podem dizer: que os sacrifícios foram só para alguns.

Protestos do PCP.

Não, não! Os sacrifícios foram para todos! O Sr. Deputado está recordado que uma das medidas que tomámos e que vai aparecer aqui, na Assembleia da República, no Orçamento rectificativo, é o novo escalão de IRS de 42%. Parece-lhe que isso atinge quem? Os suspeitos do costume? Não! E o que é que o Sr. Deputado me diz de termos começado justamente a acabar com os regimes especiais, designadamente dos políticos? Isto não é começar por onde devíamos? Este não é o sinal mais evidente de que os sacrifícios de austeridade pedidos ao Estado são para todos? E aquilo que diz respeito aos administradores públicos, aos gestores públicos? Aquilo que o Conselho de Ministros aprovou ontem?

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — É muito pouco!

O Orador: — É pouco, Sr. Deputado, pois é, mas eles não gostaram! Então, os carros? Os prémios da gestão? Ó Sr. Deputado, considera que isto não se devia ter feito? Entende que este não é um sinal claro de que toca a todos?

E, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe mais uma coisa: no mesmo momento, quando acabámos com as subvenções vitalícias dos Deputados, com o cálculo da idade da reforma para os autarcas, com o regime especial para a actividade política, tomámos também uma decisão, que está, aliás, na lei que vão aqui discutir, no sentido de limitar a acumulação das pensões com o vencimento do exercício de cargo político.

Aplausos do PS.

Tomámos essa decisão!

Protestos do Deputado do PCP Bernardino Soares.

Não, não, Sr. Deputado! O Sr. Deputado sabe que essa lei foi discutida em Conselho de Ministros antes de ser pública a questão da pensão do Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Não está coberta!

O Orador: — E quero apenas dizer-lhe o seguinte: o Sr. Ministro das Finanças, que está aqui ao meu lado, é um dos poucos políticos em Portugal que ganhava mais antes do que ganha agora no Governo e que abdicou de parte do seu vencimento para estar aqui, no Governo. Chama-se a isto ter moralidade para pedir austeridade ao Estado!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não duvidamos que o Governo escolheu um tema importante para este debate: a educação, um tema, de resto, que justificou o último agendamento potestativo do CDS relacionado com os manuais escolares, iniciativa que baixou à comissão, sem votação, por acordo de todos os partidos.

E nem sequer vou falar-lhe da greve dos professores, porque sobre isso temos uma posição clara e conhecida, a de que quem fez greve não tem razão...!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... e que há danos causados aos alunos que nenhuma luta pode justificar. Ficámos até muito agrados com o que aqui nos disse a propósito dos exames, já que essa é a nossa posição de há muito; mas não era, há pouco tempo, a posição do PS! Que o diga a Dr.ª Ana Benavente...!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — É só demagogia!

O **Orador**: — Mas é também isso que legitima uma questão que vou colocar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro.

Apesar de nos preocuparmos com os alunos e de não concordarmos com a última greve dos professores, não somos da opinião que, nas escolas, alunos e professores estejam no mesmo plano. Nas escolas, há quem ensine e quem aprenda, quem oriente e quem seja orientado, no limite, há até quem mande e quem deva obedecer. Vem isto a propósito da crise de autoridade dos professores, autoridade que consideramos essencial para o sucesso de qualquer sistema de ensino, e o nosso não será, certamente, exceção.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Há dias, recebemos aqui, em audição, um conjunto de professores de um agrupamento de escolas e o que ouvimos como exemplo do que se passa em muitas escolas deste país foi esclarecedor, mas muito preocupante. Ouvimos falar de indisciplina de alunos, do incumprimento de ordens, de ameaças físicas e verbais a professores, funcionários e colegas, de furtos, de assédio, de recusa sistemática de participação nos trabalhos e nas salas de aula, de destruição de material escolar, de porte de armas, etc.

Protestos do BE.

Dirá certamente o Bloco de Esquerda: coitadinhos destes alunos! Mas nós não dizemos isso, como calcularão, nós estamos preocupados com quem é agredido ou insultado, com quem não pode ensinar e com todos os alunos que querem estudar mas não podem.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — A nossa pergunta vai no sentido de saber como é que assim pode haver sucesso escolar, como é que pode haver professores motivados e alunos que aprendam. O que é que o Governo vai fazer para alterar esta situação? É que não temos presente qualquer medida estruturante que o Governo tenha anunciado e, a crer no abaixo assinado que nos foi entregue, pode-se ler que o apoio dado pelo Ministério da Educação não se adequa ao grave problema que se vive nestas escolas e em muitas outras do País.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaríamos de, a este propósito, ter respostas muito claras sobre medidas estruturantes do Governo.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Um outro ponto que nos parece importante e que teve um tratamento mediático, diria até, de certa forma, oportunista por parte do Governo aquando do último debate que aqui travámos, tem a ver com o seguinte: no último comunicado do Conselho de Ministros, o Governo informou a determinação do dever de comunicar aos Ministros de Estado e das Finanças e da respectiva tutela sectorial do elenco completo das remunerações principais e acessórias e certas regalias de titulares dos respectivos órgãos de gestão e de administração.

Gostaria de lhe perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, se as informações que o Conselho de Ministros diz que vão ser dadas contemplam as entidades públicas empresariais, as empresas públicas, as sociedades de capitais públicos, os institutos públicos e os organismos públicos em geral, com autonomia administrativa e financeira. E, Sr. Primeiro-Ministro, gostava que me respondesse se tem em vista acabar com todos, mas mesmo todos, os benefícios decorrentes, nomeadamente, dos regimes privativos de aposentação prestados a entidades públicas ou de capitais públicos.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Esta pergunta é justificada pelo próprio discurso do Primeiro-Ministro feito neste Parlamento quando fala nos tais privilégios injustificados, que nalguns casos, devo dizer, superou todos os limites do populismo mais lamentável.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — É verdade!

O Orador: — O Sr. Ministro fala de privilégios absolutamente injustificados (e a expressão é sua, não é minha) e até invoca os políticos como argumento de arremesso político mediático. Há pouco, o Sr. Primeiro-Ministro falava de sacrifícios para todos.

Então, comparemos privilégios. Se os políticos devem ser os primeiros a dar o exemplo — e quanto a isso estamos completamente de acordo —, então, achamos que o exemplo devia vir do Governo e dos ministros que aprovaram as medidas em Conselho de Ministros. Não considera o Sr. Primeiro-Ministro que, no debate em que anunciou ao País medidas moralizadoras para os políticos, devia ter começado por dar o exemplo com alguns ministros que consigo se sentam na bancada do Governo?! Não deveriam eles ter dito que prescindiam desses privilégios, dando o exemplo ao Parlamento?!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — É óbvio!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, em termos de privilégio, qual é maior: a pensão vitalícia de um membro do Governo paga após cinco anos de trabalho numa entidade pública ou a pensão de um político após 12 anos de exercício do mandato?! A pensão que membros do Governo passaram a gozar logo após a cessação de cinco anos de trabalho nessas entidades públicas ou a pensão de políticos, que só poderiam gozar dos tais privilégios injustificados a partir dos 55 anos?! A pensão que, no caso de membros de Governo, é absolutamente exorbitante ou a pensão de políticos, que até começa por ser só de 48% do vencimento base?! A pensão que, no caso dos membros do Governo, pode ser acumulada com o pagamento de outras prestações por exercício de cargos públicos ou a pensão dos políticos, que nem sequer podem acumular com esse tipo de trabalhos?!

Não que os políticos, mais exactamente os Deputados, como o Sr. Primeiro-Ministro já foi, não sejam os primeiros a dar o exemplo com orgulho, porque não hesitam em sacrificar-se em nome do interesse nacional, como é óbvio.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, se os privilégios são injustificados, então, não pode estar aqui com «meias tintas»! E aquela medida peregrina, que também aqui anunciou, do címulho do vencimento de ministro com um terço da pensão de reforma, ou vice-versa, não nos faz sentido. Se o privilégio é injustificado, tem de se acabar com ele; se é justificado, então, não tem de o reduzir!

Vozes do CDS-PP: — É óbvio!

O Orador: — O que não pode é estar aqui com meias medidas para o Governo e a usar do tal discurso mediático em relação aos políticos restantes, porque isso só lhe fica mal.

Sr. Primeiro-Ministro, uma outra questão tem que ver com uma garantia que deu no último debate que aqui travámos. O Sr. Primeiro-Ministro disse aqui com todas as letras, muito afirmativamente, com a mesma certeza com que garantiu aos portugueses que não aumentava os impostos e que lhe valeu a maioria absoluta, que não ia recorrer a receitas extraordinárias. Aliás, num site da Federação da Área Urbana de Lisboa do Partido Socialista, pode ler-se o seguinte — e vou recordar o que o Sr. Primeiro-Ministro disse quando, a dado passo, o ministro Bagão Félix sugeriu a possibilidade de venda do património: «Ao que nós chegamos. Agora vale tudo», criticou o Secretário-Geral socialista, considerando que a venda de edifícios do Estado para «mascarar o défice» é um acto «irresponsável e leviano.» «Portugal não tem património a mais. Portugal tem é um Governo que já está a mais», disse, acusando o PSD e o CDS-PP de «entrarem num estado de desespero que os está a levar à indignidade».

Pois é, Sr. Primeiro-Ministro! Só que uma semana depois da garantia aqui dada de que não recorreria a receitas extraordinárias tivemos o debate do Programa de Estabilidade e Crescimento. E sabe o que é que se lê nesse Programa, a fls. 45, Sr. Primeiro-Ministro? Lê-se o seguinte: «O Governo irá propor, ainda no decurso de 2005, regras objectivas e céleres para a reclassificação de tipo de uso e para a atribuição de índices urbanísticos a imóveis que são propriedade do Estado, de institutos públicos e de empresas de capitais exclusivamente públicos que não estejam a ser utilizados, com vista à sua progressiva alienação.» Terei lido bem, Sr. Primeiro-Ministro?!

Risos do CDS-PP.

Isto ocorreu uma semana depois da promessa que aqui nos trouxe de que não recorreria a despesas extraordinárias!...

Por isso lhe pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, se agora Portugal já tem património a mais, se a venda de edifícios que, antes, era o «vale tudo» já o não é, se, de repente, deixou de ser um acto «irresponsável e leviano»!

E o mesmo se diga com as privatizações, Sr. Primeiro-Ministro. É que a as privatizações também vêm previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr. Deputado, já ultrapassou em 2 minutos e meio o tempo de que dispunha. Conclua, por favor.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Lembrei-me até, a propósito das privatizações, que o Deputado Vítor Ramalho nos disse aqui, insurgindo-se contra o facto de já ter sido privatizado quase tudo, que já só faltavam as Águas de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos. Não sei se é assim, até acredito que possa ter sido mais um lapso de um Deputado socialista!

Ainda assim, a questão que lhe deixo, Sr. Primeiro-Ministro, é esta: o que é que o Governo vai privatizar? Diga com clareza, porque, como calculará, isso é importante, se é aquilo que o Deputado Vítor Ramalho entende que já só existe hoje, que são as Águas de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos.

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Melo, parece-me que faz uma lamentável confusão entre o que é vender património com o único objectivo de obter receitas extraordinárias para mascarar o défice e o que é o Estado fazer a gestão obrigatória de todo o seu património imobiliário.

Applausos do PS.

Isso é absolutamente lamentável!

Mas eu vou ter, talvez, de lhe explicar que uma receita extraordinária deve ser mesmo extraordinária, não deve ser provocada.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — É extraordinário, sim!

O Orador: — A crítica que o Sr. Deputado fez deveu-se a uma iniciativa do anterior governo no sentido — imaginem! — de vender património do Estado para, depois, voltar a arrendá-lo. Isso é que é negativo! Isso é que põe em causa os défices futuros! Isso é que foi atirar para depois aquilo que era uma responsabilidade desse ano.

Compete ao Governo fazer uma gestão equilibrada do seu património imobiliário e, naturalmente, tudo aquilo que for indispensável vender, porque não é necessário, porque não faz falta ao Estado e porque resulta do redimensionamento do seu parque imobiliário, deve ser vendido, numa lógica de gestão. Isso nada tem a ver com receitas extraordinárias provocadas com o único objectivo de mascarar o défice.

Sr. Deputado, «populismo»? Depois do que o Sr. Deputado disse, pretende dar-me lições de populismo?! Neste caso, o Sr. Deputado esteve ao seu melhor nível!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — É exactamente isso!

O Orador: — Esteve ao seu melhor nível, Sr. Deputado!

Mas quero dizer-lhe que há aí um engano. É que, quando o Estado quer avançar no sentido de fazer reformas nos sistemas especiais dentro do Estado, deve começar pelos cargos políticos,...

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — ... deve começar por dar o exemplo. Não vai nisto qualquer populismo,...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — E o exemplo dos Srs. Ministros?!

O Orador: — ... não vai nisto qualquer ataque aos políticos, porque só seria um ataque aos políticos se deixássemos tudo na mesma, se atacássemos apenas os regimes especiais dos outros e não os nossos.

Desta vez, não há «nós» e «eles»! Desta vez, há apenas «nós»! Todos estão envolvidos. Não vai nisto qualquer demagogia ou populismo mas apenas a assunção do que é moralmente exigível aos políticos, ou seja, que abdiquem de um regime especial que não tem sentido nem justificação.

Aplausos do PS.

O Sr. António Pires de Lima (CDS-PP): — O exemplo deve começar no Governo!

O Orador: — Quanto à transparência, o Sr. Deputado viu muito bem. De facto, a decisão do Conselho de Ministros vai no sentido de tornar transparentes e do conhecimento público os rendimentos auferidos pelos gestores das empresas públicas.

Aliás, devo dizer que, em muitos países, há um debate sobre as remunerações dos gestores, mesmo das empresas privadas, e que a maior parte defende uma transparência pública dessas empresas que estão cotadas na Bolsa, para que aqueles que investem nas acções, os accionistas, possam também ter conhecimento público dos vencimentos não apenas das empresas do Estado mas de todas as que têm responsabilidades públicas.

O Sr. António Pires de Lima (CDS-PP): — Isso é normal!

O Orador: — Essa tendência é genérica. Se vê nisso algum populismo, engana-se. Essa é apenas a aplicação de uma regra de transparência.

Finalmente, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que não há nada que mais contribua para a tranquilidade e segurança nas escolas e que mais reforce a autoridade do professor na escola do que lutar por maior estabilidade do corpo docente, lutar para que os professores não andem permanentemente a mudar de escola. É isso que faremos. Vamos tomar medidas e definir orientações para que não no próximo ano lectivo mas o seguinte se inicie com mais estabilidade do corpo docente.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a não se engane! E digo-o, porque na intervenção que fiz disse que nós, Deputados — julgo que falo por todos, pelos do CDS-PP mas, certamente, também por todos os Deputados desta Câmara —, seremos os primeiros a dar o exemplo. Daremos todos os exemplos que nos peçam em favor do interesse nacional.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, que exemplos deram os Srs. Ministros, os tais que, em Conselho de Ministros, aprovaram essas medidas e que só depois de muito pressionados pela comunicação social lá disseram, finalmente, que seriam solidários? E seriam solidários, pela voz do Sr. Primeiro-Ministro, acumulando um terço dos tais benefícios que o Sr. Primeiro-Ministro dizia que eram injustificados com os vencimentos de ministros!

O Sr. António Pires de Lima (CDS-PP): — É verdade!

O Orador: — Que exemplo deu o seu Governo, Sr. Primeiro-Ministro? Isso não transforma o que aqui trouxe num acto mais profundo e lamentável de populismo? Não o seria se o Sr. Primeiro-Ministro aqui tivesse dito: «Meus senhores, vou pedir sacrifícios ao País, aos políticos e, desde logo, aos Deputados, mas, neste Governo, há ministros que acumulam o vencimento de ministro com benefícios, que eu consideraria injustificados, resultantes do trabalho prestado, durante cinco anos, a entidades públicas com regimes privativos de aposentação.» Nesse caso, o Sr. Primeiro-Ministro daria o exemplo.

Portanto, desengane-se, Sr. Primeiro-Ministro. Nós damos o exemplo, estamos solidários, conte connosco. Tenho pena que não tenha dito o mesmo desde o primeiro momento.

Deixo-lhe mais uma questão, Sr. Primeiro-Ministro, a propósito do desemprego, porque foi outra das razões que justificou, certamente, muitos dos votos que acabou por ter nas últimas eleições legislativas.

V. Ex.^a afirmou, em campanha, que, para resolver o problema do aumento do desemprego em Portugal, seria preciso criar, no espaço de uma legislatura, os postos de trabalho perdidos nos últimos três anos — falou, recorda-se, em 150 000 postos de trabalho.

No último debate aqui realizado com o Sr. Ministro das Finanças, o Governo foi mais longe: já não vão criar 150 000 postos de trabalho mas 260 000. Acontece que a taxa de desemprego em 2004, no ano em que V. Ex.^a fez a tal promessa, foi de 6,7%. O Sr. Primeiro-Ministro sabe qual é a taxa de desemprego prevista no cenário base do Programa de Estabilidade e Crescimento? É de 6,9%.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, justifique ao País como é que, com o objectivo de 150 000 novos empregos, resolia o problema do desemprego em Portugal e, afinal, com os 260 000 anunciados pelo Sr. Ministro das

Finanças (o que passa a ser uma meta a que o Governo se autofixou) a taxa de desemprego em Portugal vai ser maior em 2009 do que a de 2004, que justificou o seu discurso sobre o desemprego e a criação dos 150 000 postos de trabalho para resolver todos os problemas.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — Será, porventura, uma pequena contradição, mas que, tenho a certeza, o Sr. Primeiro-Ministro terá todo o interesse em esclarecer.

A terminar, ainda a propósito do combate ao défice, explique-me outra coisa, Sr. Primeiro-Ministro: como é que o Governo invocou a crise, pediu sacrifícios a todos, aumentou impostos — enfim, tudo o que já tratámos aqui, tantas e repetidas vezes — e, quando consultamos o *Diário da República* a propósito das nomeações políticas que este Governo tem feito (ainda ontem, debatemos aqui este assunto), verificamos que houve dezenas, e dezenas, e dezenas de licenciados em Direito nomeados, a ganharem uma média de 700 contos por mês, para elaborar pareceres técnico-jurídicos.

Pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, não estão os ministérios deste país cheios de juristas, de docentes, de advogados tecnicamente habilitados a darem pareceres técnico-jurídicos ao Governo? É preciso contratar mais dezenas, e dezenas, e dezenas de jovens licenciados, a ganharem esta média salarial, na tal situação conjuntural de crise, para auxiliarem o Governo? Sr. Primeiro-Ministro, confesso que não comprehendo. É outra questão que, certamente, V. Ex.^a terá ocasião de esclarecer à Câmara.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, verifico que as contas continuam a não ser o seu forte! Há muitos anos que é assim! Para não dizer mais, continua sem ser rigoroso.

Eu é que lhe peço para não se enganar, Sr. Deputado, porque a responsabilidade do anterior governo, no que diz respeito ao desemprego, é esta: quando os senhores saíram, no primeiro trimestre do último ano, a taxa de desemprego era de 7,5%.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ai era?!

O **Orador**: — É verdade, Sr. Deputado. Portanto, ao menos, não se engane nos números.

O Sr. Deputado fala-me de nomeações e de vencimentos nos gabinetes dos ministros?! O Sr. Deputado devia saber, em primeiro lugar, que, em relação ao anterior governo, temos menos adjuntos e assessores, menos ministros, menos secretários de Estado, não temos as secretarias de Estado espalhadas pelo País sem nenhum critério de eficácia e sem nenhum sentido!

Para além disso, Sr. Deputado, este Governo cumpriu aquilo que estava escrito no seu Programa do Governo: depois de debater com todos os grupos parlamentares, fez uma lei no sentido de separar, com clareza, os cargos que são de responsabilidade política e os cargos da Administração que devem ser escolhidos com base nos critérios de competência e de mérito. Essa separação era absolutamente fundamental, e está feita com elevado consenso na Câmara, porque, quanto a essa fronteira, há um elevado consenso em todos os partidos.

A maior parte das nomeações feitas por este Governo foram para os gabinetes dos secretários de Estado e dos ministros. Certamente que o Sr. Deputado não esperava que mantivéssemos os mesmos conselheiros políticos que o anterior governo tinha nesses gabinetes!... Tenho a certeza de que nem o Sr. Deputado Nuno Melo nem o Sr. Deputado Marques Mendes nos exigiriam que mantivéssemos os que já lá estavam, porque isso, Sr. Deputado, é não compreender como funciona a democracia! Aliás, tenho a certeza de que nem o Sr. Deputado Marques Mendes, se fosse para o governo, manteria os anteriores assessores que eram do primeiro-ministro Santana Lopes.

Esse argumento não tem, portanto, o mínimo sentido.

O ponto mais importante é que, pela primeira vez, um governo, logo no início do seu mandato, apresentou no Parlamento uma lei limitando-se na sua capacidade de escolher milhares de cargos de chefia intermédia da Administração Pública.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas depois de os ter escolhido!

O **Orador**: — Não, não foi. Não faça a demagogia habitual, Sr. Deputado. Não somos iguais aos senhores nisso! Não, não somos!

Aplausos do PS.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Graças a Deus!

O **Orador**: — Quando chegaram ao governo, qual foi a primeira coisa que os senhores fizeram? Acabar com os concursos que o governo do Partido Socialista tinha instituído. E para quê? Para nomearem todos os cargos da Administração Pública.

Aplausos do PS.

O que imediatamente nós fizemos foi definir a regra: os cargos que deveriam ser nomeados por estrita necessidade de confiança política, e cujo provimento do lugar deve terminar quando há uma mudança do Governo, e os cargos da Administração Pública, que devem ser preenchidos com critérios de concurso de competência e de mérito.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Licenciados em Direito!

O **Orador**: — Finalmente, quanto ao exemplo que os ministros dão, o Sr. Deputado tem, neste Governo, dois ministros que deram o exemplo mais evidente a todos os portugueses: aprovaram uma lei, com a qual estão de acordo, que eles próprios propuseram com o objectivo de limitar a acumulação das reformas com o vencimento do exercício dos cargos políticos. Os senhores podiam ter feito esta lei quando estavam no governo. Mas não! Fomos nós que a fizemos, por proposta do Ministro das Finanças!

Aplausos do PS.

Quando convidei o Sr. Ministro das Finanças para assumir funções no Governo, deu-me conta de que tinha uma situação de acumulação da reforma, como era legalmente permitido.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Também era legalmente permitido no nosso tempo!

O **Orador**: — Fomos nós que acabámos com esse regime, porque estamos de acordo que ele deve ter uma limitação: a acumulação de pensões com o vencimento deve ser feita apenas quando haja uma escolha entre um terço da pensão ou o vencimento ou a pensão e um terço do vencimento.

Este foi o exemplo que demos aos portugueses — que deve partir de cima, naturalmente — e incluímo-nos em todos os sacrifícios de austeridade que estamos a pedir ao Estado português.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para formular perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há uma semana atrás, o Sr. Primeiro-Ministro estava no Conselho Europeu a iniciar um processo que desencadeou uma crise gravíssima na União Europeia. Portugal vive uma situação difícil. A Europa também.

Nesta semana, soubemos de novos dados sobre o aumento do desemprego. Sabemos das dificuldades sociais, orçamentais, económicas, financeiras, políticas do País e da União.

Era, portanto, necessário que este debate tivesse a elevação e a exigência de respostas de conjunto sobre os grandes problemas.

O Sr. Primeiro-Ministro escolheu discutir a educação. A educação é uma dessas respostas fundamentais. Preferiu, no entanto, limitar-se a reapresentar propostas antigas do seu Governo, a não apresentar nenhuma estratégia nova.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Onde era preciso coragem e elevação, temos tido alguns debates secundários.

O Sr. Primeiro-Ministro, aliás, escolheu começar a sua intervenção atacando a contestação social ao seu Governo, elogiando o seu Governo que tomou medidas excepcionais (que ninguém até agora tomou) para conter uma greve, para amedrontar os professores e, a esse respeito, veio dizer que os considerava, porque comprehende a gravidade da sua intervenção. Quero lembrar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que os sindicatos que decidiram a greve incluem todos os dirigentes socialistas do sector, que essa greve teve 70 a 90% de participação e que o Sr. Primeiro-Ministro tomou a atitude de decretar, como serviços mínimos, que todos os trabalhadores envolvidos têm de estar no local de trabalho.

Pergunto-me se é um governo socialista que respeita o direito de greve que tem como conceito que o mínimo do serviço dos trabalhadores que querem fazer greve é estarem todos a 100% no local de trabalho,...

Aplausos do BE.

... se esta é a política social pelo futuro. Digo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que respeitar o direito de greve, mesmo quando dele se discorda, é aceitar que é no conflito aberto e na disputa por alternativas e por políticas que se faz a democracia. Não há democracia limitando o direito de greve. Não há democracia desrespeitando os trabalhadores e muito menos, Sr. Primeiro-Ministro, acusando os professores de abandonar os seus alunos. Abandonar os seus alunos?!

O Sr. José Junqueiro (PS): — Isso é conversa!

O **Orador**: — Todos os professores têm defendido a qualidade do ensino contra tantas dificuldades. O País deve-lhes um agradecimento sentido pelo esforço que fazem, pela sua capacidade, pela sua qualificação, e é com os professores que se pode e deve desenvolver um bom sistema de educação.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, em vez de o Governo tomar a atitude do «mata-mouros» contra as greves e contra os sindicatos, é bom que falemos do essencial. E o essencial é que a questão que hoje todos os trabalhadores da função pública estão a suscitar é plenamente justificada — e queria dizer-lhe isso a si, directamente, Sr. Primeiro-Ministro —, porque não há ninguém que se bata mais contra os privilégios, contra os «horários zero» do que aqueles que querem um serviço público de qualidade. E quem quer um serviço público de qualidade tem regras e normas de exigência que não permitem qualquer facilitismo.

É por isso que sublinhamos o «giroflé» que foi, quando se discutiu a alteração das regras sobre os titulares dos cargos públicos. E acabámos de ouvir, agora, a defesa desses privilégios. Mas quem mais os defendeu é quem não falou sobre essa matéria. Aliás, foi por isso que o Governo inventou uma cláusula transitória para permitir acomodar alguma contestação à medida que anuncia como sendo rigorosa.

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — No entanto, o aspecto essencial na luta contra os privilégios é precisamente a idade da reforma. Creio que esse é o debate que temos de fazer.

O Sr. Primeiro-Ministro trata o que os trabalhadores vão receber como respectiva reforma com uma facilidade e uma apropriação orçamental que chega a ser chocante. É que o Sr. Primeiro-Ministro sabe bem que os reformados, quando, no fim do mês, recebem a respectiva reforma, não estão a receber uma esmola,...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Exactamente!

O **Orador**: — ... não estão a roubar. O dinheiro que toda a vida eles descontaram dos rendimentos do seu trabalho é que constitui aquela reforma.

Aplausos do BE.

Portanto, não há nenhum favor, Sr. Primeiro-Ministro. Nenhum favor!

O que temos de perguntar é se o actual sistema de segurança social pode manter-se ou se o problema se resolve aumentando a idade da reforma. Creio que não se resolve aumentando a idade da reforma e a coragem que é necessário ter é a de fazer uma outra reforma do sistema.

O Sr. Primeiro-Ministro lembrar-se-á que quando se instituiu a idade da reforma aos 65 anos, foi porque a esperança média de vida era de setenta e poucos anos. Esperava-se que as pessoas vivessem, em média, mais cinco anos após terem trabalhado durante quarenta e tal anos até chegarem ao tempo da reforma. Ora, como hoje, felizmente, tanto a esperança de vida como a oportunidade de uma vida com qualidade aumentaram para muitas centenas de milhares de pessoas, então, pretende-se aumentar a idade da reforma. Hoje, o sistema permite que todos os trabalhadores que descontam descontem mais do que todos os que estão a receber.

Se há um problema de financiamento no futuro, então, é preciso encará-lo. É porque, com o financiamento actual, nunca se resolve esse problema a não ser aumentando cada vez mais a idade da reforma.

O Sr. Primeiro-Ministro tem coragem para atacar os trabalhadores, prejudicando-os no tempo do seu trabalho e aumentando a idade da reforma, mas não lhe vejo a coragem que é necessária — essa, sim, uma medida corajosa! — para mudar as regras de financiamento do sistema.

E até lhe digo mais: se mantivermos as actuais regras de financiamento, em que o Estado não paga o que tinha de pagar e em que não há um sistema de financiamento inteligente, é claro que, amanhã, vai voltar a propor aumentar a idade da reforma para todos.

Acha justo, Sr. Primeiro-Ministro, que uma empresa que tem 100 trabalhadores, mas uma alta capacidade tecnológica, e produz um valor acrescentado muito maior do que uma fábrica com 1000 trabalhadores contribua para a formação das pensões 10 vezes menos do que a fábrica com 1000 trabalhadores? Considera

justo e inteligente que, no tempo da tecnologia e do valor acrescentado a partir do conhecimento, a dedução seja calculada em função da captação do salário do trabalhador e não em função do valor acrescentado?

Queria uma proposta? Aqui a tem: a grande alteração da regra de financiamento é no sentido de promover o seu desenvolvimento por via do valor acrescentado. É isso que permitirá, também, conseguir consagrar direitos essenciais e, portanto, modernizar a função pública.

Nesta semana, Zapatero propôs a reforma antecipada...

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr. Deputado, já ultrapassou largamente o tempo de que dispunha. Por favor, conclua.

O **Orador**: — Concluo já, Sr. Presidente.

Como dizia, Zapatero propôs a reforma antecipada na função pública para permitir renovar a capacidade da mesma.

É em relação a tudo isto, Sr. Primeiro-Ministro, que se vêem as diferenças entre uma posição que pretende reduzir e, em consequência, atacar os direitos sindicais e aquela política de um socialismo de esquerda que, pelo contrário, procura desenvolver os direitos sociais.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, começo pela questão da estratégia. Acho que o Sr. Deputado não percebeu bem o alcance das propostas que aqui fiz.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Toda a gente percebeu!

O **Orador**: — É que, se o Sr. Deputado não considera como estratégia nova o que aqui ficou definido que é dar prioridade ao 1.º ciclo do ensino básico, digo-lhe sinceramente que não está a perceber qual é o terreno do nosso sistema educativo onde é preciso fazer mais esforços. Esta é uma estratégia nova para o nosso sistema educativo, colocando-o ao serviço daqueles que precisam. Todos os que, no nosso país, estudam as matérias relacionadas com a educação são unânimis em dizer que a melhoria deve ser feita no 1.º ciclo do ensino básico porque tem um reflexo imediato nos níveis de abandono e insucesso escolar, porque o ensino básico é fundamental para todo o futuro percurso escolar do aluno e porque é aí que se cria grande parte das injustiças sociais.

Desculpe, mas isto não é um debate secundário e lamento muito que o Sr. Deputado o considere como tal! Só alguém que não está bem ciente dos problemas que existem no nosso sistema educativo é que pode considerar como secundário o debate relativamente à antiga escola primária, isto é, o 1.º ciclo do ensino básico.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Isso é o que o Sr. Primeiro-Ministro diz no Programa do Governo!

O **Orador**: — É o que penso e é o que está escrito no Programa do Governo. Esta é uma questão absolutamente estratégica para o nosso sistema educativo.

Passo ao segundo ponto sobre o qual estamos em desacordo. O Sr. Deputado acha que ataquei os sindicatos? Não! Eu não ataquei os sindicatos, critiquei-os! Mas será que os sindicatos não podem ser criticados?! Todos os partidos podem ser criticados, porque não os sindicatos?! Sabe por que critico os sindicatos? Por uma razão muito simples. É que, naturalmente, os sindicatos podiam convocar uma greve. Aliás, comprehendo os sindicatos que entendem que devem ir para a greve para defender interesses que consideram serem os dos seus associados. O que não comprehendo é que, em vez de terem marcado greve para um outro dia, os sindicatos a tenham marcado para todos os dias da semana em que havia exames.

Aplausos do PS.

Isto é digno de crítica e lamento muito que o Sr. Deputado não se associe a esta crítica. É que esta forma de proceder prejudica os alunos e as famílias. Naturalmente, fazer esta crítica não será aceite pelos sindicatos — lamento-o! —, mas não considero que é bom tudo o que é feito pelos sindicatos. Há sindicatos que agem bem e outros que, do meu ponto de vista, agem mal. Neste caso, os sindicatos agiram mal ao terem definido como objectivo da greve impedir a realização dos exames.

Compreendo que o Sr. Deputado seja contra os exames e que até preferisse que não existissem, mas isso não dá autoridade aos sindicatos. Acho que o que foi feito em nada contribuiu para a valorização da educação em Portugal.

Por outro lado, Sr. Deputado, não confunda as coisas. O Sr. Deputado expressou-se como o paladino dos professores, tendo-se dirigido a mim e dito que não atacasse os professores. Eu não ataquei os professores. Pelo contrário, elogiei-os! Elogiei os professores que não abandonaram os alunos!

Aplausos do PS.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Oh!...

O **Orador**: — Não me venha com essa dos serviços mínimos. Não foi por causa de o Governo ter decretado serviços mínimos que os professores compareceram nos exames. Se assim tivesse sido, como é que se perceberia o que aconteceu nos Açores? Nos Açores, um tribunal não deu razão ao Governo regional, pelo que não houve lugar a serviços mínimos, mas, mesmo assim, os professores compareceram para fazer os exames. Não ficaram amedrontados! Os professores cumpriram a sua obrigação!

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado pode não concordar mas esta é a minha posição: acho que há lugar à prestação de serviços mínimos na educação. Esses serviços mínimos destinam-se a assegurar os exames. Sinceramente, há muitos dias para fazer greve, mas ninguém comprehende que se faça greve justamente no dia em que estão marcados exames.

Por outro lado, sendo necessários tão poucos professores para assegurar que se fazem os exames, por que é que, podendo todos os outros fazer greve, não se aceita que esse reduzido número de professores que são necessários seja o dos que prestam os serviços mínimos? É a mínima consideração que é devida ao sistema educativo, às famílias e aos alunos que passaram todo o ano lectivo a preparar-se para os exames. Chama-se a isto uma posição responsável na utilização do direito à greve.

Finalmente, Sr. Deputado, lamento dispor de pouco tempo para discutir consigo a matéria relativa à idade da reforma. O tema é muito importante e o Sr. Deputado colocou-o bem na discussão. No entanto, toda a descrição que faz do problema conduz a que a sua solução não seja explicitada.

Vejamos, pois, o que diz o Sr. Deputado. Diz que não faz sentido reduzir a idade da reforma, faz sentido — isso, sim! — aumentar os impostos para financiar o sistema de segurança social. Toda a sua argumentação conduz a esta conclusão.

Protestos do Deputado do BE Francisco Louçã.

Sr. Deputado, assuma...

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Devia ter ouvido!

O **Orador**: — Não, não! A conclusão do seu raciocínio vai ter aí.

Digo-lhe que há um problema de sustentabilidade na nossa segurança social e eu não o disfarço, aliás, como o Sr. Deputado também não o disfarçou. O problema existe e debatamo-lo. Pode haver diferentes soluções, mas tenhamos a coragem de dizer que há um problema. E esse problema foi parcialmente resolvido com esta medida do Governo, e o Sr. Deputado ainda não se pronunciou sobre isso.

É que eu não acho que seja justo haver um regime de reformas para os funcionários públicos e um outro para todos os outros trabalhadores. Acho que o regime de reforma deve ser o mesmo para todos. Sinceramente, não vejo razão para ser diferente, já que a reforma aos 65 anos está fixada há décadas e, durante esse tempo, a esperança de vida aumentou muito. Não acho, pois, que o que deva fazer-se em Portugal seja reduzir a idade da reforma de 65 para 60 anos de idade. Repito que não vejo qualquer razão para o fazer.

O que vejo, para dar condições de sustentabilidade à nossa segurança social, é que deve fazer-se a convergência para a reforma aos 65 anos de idade, o que é muito razoável. Nunca ninguém pôs em causa a reforma aos 65 anos e, sinceramente, não vejo razão para que seja posta em causa.

O Sr. Deputado pode discordar, mas vai nisto um princípio de justiça. O Sr. Deputado pode não estar de acordo, mas esta é uma forma de contribuir para valorizar o nosso Estado social e não para o diminuir.

Aplausos do PS.

E, por outro lado, é uma forma de garantir uma equidade que já tardava no nosso Estado.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, chamei a sua atenção para a importância do Conselho Europeu, da crise orçamental europeia, da crise do desemprego e da importância de discutirmos a educação indo aos aspectos essenciais. O Sr. Primeiro-Ministro continuou a preferir atacar os trabalhadores e os professores.

Protestos do PS.

Está errado desse ponto de vista, e digo-lhe com franqueza o que penso. Se há alguém que tem defendido os interesses dos alunos e das famílias são os professores. Quando, muitas vezes, como se viu no ano passado, tivemos a incompetência grotesca do Ministério da Educação, quem defendeu a educação em Portugal e se ergueu por ela foram os professores.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Nós devemos-lhes isso.

É por isso que temos de melhorar a educação e ter em mente uma estratégia que, de facto, comece no 1.º ciclo do ensino básico e se desenvolva a partir daí.

Aliás, o que o Sr. Primeiro-Ministro não fez — e não gosta da crítica! — foi apresentar algo de novo. Pode é dizer-nos que tudo o que já nos apresentou são medidas antigas e reapresentadas.

Fico até com a sensação de que, muitas vezes, o Sr. Primeiro-Ministro traz-nos um «menu» de medidas e, depois, vai perguntando aos Deputados «Concordam com esta? Concordam com aquela?» para, no fim, fazer uma espécie de «3 no Totoloto». Não basta, Sr. Primeiro-Ministro. É preciso uma estratégia clara.

Por exemplo, o Sr. Primeiro-Ministro diz-nos que quer a fixação dos professores. Pela minha parte, digo-lhe duas medidas que deviam ser tomadas sobre isso, para saber se está de acordo — vamos proceder ao contrário do que é seu costume.

A primeira medida: afectar os professores à escola no contexto da zona pedagógica.

A segunda medida: colocar os professores por dois anos, no âmbito de projectos pedagógicos continuados.

O Sr. Primeiro-Ministro dir-nos-á o que pensa sobre isso.

Acrescento uma terceira medida: criar equipas coadjuvantes para apoiarem o ensino de línguas, mas também de outras áreas que exigem forte competência no ensino básico.

Assim, Sr. Primeiro-Ministro, ou de outras formas, poderemos desenvolver capacidades.

Mas a questão essencial que permite uma divergência aqui é a da estratégia da segurança social.

O Sr. Primeiro-Ministro não me respondeu — e até adivinho que não me vá responder — a por que é que é que o Primeiro-Ministro Zapatero reduz a idade da reforma na função pública e, em Portugal, o senhor aumenta-a. Isto foi anunciado esta semana, deve sabê-lo já que esteve com ele no Conselho Europeu...

O Sr. Primeiro-Ministro: — Reformas antecipadas!

O Orador: — Precisamente, reformas antecipadas! Reforma antecipada é antes da idade da reforma, como compreenderá.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Não, não!

O Orador: — Zapatero fá-lo exactamente para permitir que haja jovens com mais qualificação. O senhor, mantendo muitos funcionários públicos de uma outra geração, não terá capacidade tecnológica e informática na função pública. Introduza jovens e nova capacidade e renovará os serviços públicos.

É que esse é o problema central do Estado social, e é, de facto, aí que reside a nossa divergência. Não há Estado social, Sr. Primeiro-Ministro, nem há democracia sem serviços públicos de grande qualidade, sem uma escola que prestigie, que eduque, sem uma educação abrangente, sem uma segurança social universal, sem capacidade do Estado para responder às suas obrigações.

Temos um Estado deficiente e, portanto, um défice democrático, do ponto de vista da qualidade dos serviços públicos. E, desse ponto de vista, a sua ideia de atacar os professores ou os trabalhadores da função pública é um erro estratégico gravíssimo que o Governo comete, no princípio de quatro anos e meio de gestão, e que Portugal vai pagar — provavelmente, o Governo não tanto.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, o Sr. Deputado bem pode repetir esse *slogan*, do ataque aos trabalhadores e aos professores. Sr. Deputado, isso é uma recaída, num

registro panfletário que, sinceramente, acho que já não lhe vai bem ao parecer, nem, aliás, está de acordo com aquilo que é a condução política do seu partido. É que isso é cair num registo de facilidade.

Passemos às medidas e vamos ver se estamos ou não de acordo com elas.

Sim, Sr. Deputado, os professores são os mais interessados na melhoria do sistema educativo e valorizei muito a posição dos professores. Estamos muito conscientes da mobilização que é necessário fazer junto dos professores para que o nosso sistema educativo possa prestar um melhor serviço. O que fiz foi uma crítica aos sindicatos. Não confunda dirigentes sindicais com professores, são situações muito diversas. Se os sindicatos tivessem presente aquilo que são os interesses dos professores, não tinham marcado uma greve para a altura dos exames. Aqui é que está o ponto.

Aplausos do PS.

E o Sr. Deputado só não o diz porque isso lhe prejudica a sua imagem de dirigente bem comportado junto dos dirigentes sindicais e dos professores. Mas no fundo estará de acordo que isto, pura e simplesmente, não se faz.

Risos do PS.

Em segundo lugar, quanto à estratégia, já sublinhei o conteúdo estratégico das propostas que aqui apresentei. Porém, o Sr. Deputado veio apenas reforçar uma delas. Pergunta o Sr. Deputado por que é que não falei da estabilidade do corpo docente. Mas eu falei nisso!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Não, não!

O **Orador**: — Falei, falei! Não concretizei, é certo,...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Pois não!

O **Orador**: — .. e não concretizei porque isso precisa de um estudo e da definição de um conjunto de medidas...

Risos do BE.

Vozes do BE: — Ah!...

O **Orador**: — Mas quanto às suas duas medidas, posso já dizer-lhe que estou de acordo — vê, Sr. Deputado, estou de acordo! Uma das coisas que há muito tempo está prevista e que vamos adoptar são os dois anos continuados — aliás, chama-se a isso recondução — e também a afectação de professores a zonas pedagógicas. Mas o momento para apresentar, em conjunto, todas essas medidas que vão nortear o próximo concurso dos professores lá chegará, Sr. Deputado.

Agora, a urgência, neste momento — e lamento que o Sr. Deputado não se tenha referido a isso —, era apresentar aos professores a sua lista de colocação. O mais importante, neste momento, é que os professores e as famílias saibam que, no próximo ano, as escolas vão abrir a tempo. Isto merecia uma referência que não foi feita pelo Sr. Deputado.

Bem sei que o Sr. Deputado dirá que isso é o serviço mínimo de um governo. Com certeza! Mas já que ele não foi cumprido no passado, não lhe ficava mal recordar que este Governo cumpre esse serviço mínimo.

Finalmente, quanto à idade legal da reforma, não estou de acordo consigo em vários pontos. O Sr. Deputado, mais uma vez, não explicou — mas teremos tempo, ao longo desta Legislatura, para fazer um debate sobre a idade legal da reforma e o financiamento da segurança social — qual é a sua varinha mágica, como é que tudo isto se financia. Mas acho que a sua argumentação vai cair aí: mais impostos para financiar a segurança social. Não vejo outra saída.

Não rejeito liminarmente, nem digo que isso é de todo em todo negativo; digo, sim, que isso era prejudicial para a segurança social, para o Estado e para a economia, e acho que é melhor encararmos com seriedade as limitações aos regimes especiais que existem e que não têm o mínimo sentido.

O Sr. Deputado há-de saber que muita gente na função pública se reforma aos 52 anos. O Sr. Deputado concorda com isso? Ainda não o ouvi dizer uma palavra sobre isso.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — E quantos anos trabalharam?

O **Orador**: — Não lhe interessa esta conversa?! Pois saiba que isso é muito importante! Isso é absolutamente decisivo! Temos de saber se isso é justo, se é razoável e se o nosso Estado social, que precisa de dinheiro para tanta coisa, pode aceitar esse princípio, conviver com ele e nada fazer.

Aplausos do PS.

Sobre isso, desculpe, é que o Sr. Deputado nada disse.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Sr. Primeiro-Ministro, tem de concluir.

O Orador: — Concluo, dizendo-lhe uma outra coisa, Sr. Deputado: sou pelo envelhecimento no activo. Não aceito a ideia de que todos aqueles que chegam aos 50 anos devem ser imediatamente postos de lado, quer na Administração Pública, quer nas empresas. Não estou de acordo com isso.

Aplausos do PS.

E é por isso que, em todos os sectores, não vamos antecipar as reformas, achamos isso um mau princípio. Entendo que toda a gente com 50 anos está em muito boas condições de prestar um serviço, seja no Estado, seja nas empresas.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para formular a sua pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. Francisco Madeira Lopes (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, «mentirosos», chamaram milhares de trabalhadores a este Governo socialista, nos últimos dias, em manifestações repletas de milhares de funcionários públicos,...

O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS): — Milhões, milhões!...

O Orador: — ... entre os quais professores, naturalmente.

De facto, o Governo começa a sair do «estado de graça» e a entrar no «estado de desgraça», e, como a melhor defesa é o ataque, o Sr. Primeiro-Ministro propôs-se vir aqui hoje fazer um debate sobre a educação, sendo a tónica do seu discurso o ataque aos professores que legitimamente fizeram greve em defesa dos seus direitos, das suas posições consolidadas durante muitos anos e das suas expectativas, que viram agora defraudadas. Muitos deles são eleitores do PS, que vêm manifestar aos partidos da oposição a sua revolta relativamente à asneira em que caíram ao terem votado no PS, que lhes prometeu uma coisa e apresentou outra.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas, quando falamos de educação, Sr. Primeiro-Ministro, é preciso clarificar, porque a educação é só pode ser vista como um investimento, como factor fundamental do desenvolvimento do nosso país. É por isso que fazemos uma defesa — e gostava de ouvir uma palavra clara do Governo relativamente a isso — do ensino público gratuito, de qualidade, universal, inclusivo. Isto é a base de qualquer debate sobre a educação.

E só sabendo se estamos a defender um sistema público ou se esse sistema público pode ser também ponteado aqui e ali por questões privadas é que saberemos qual é a posição do Governo relativamente a esta questão.

Aliás, penso que é grave e merecia outra postura da parte do Governo o facto de alguns patrões da indústria portuguesa, que ainda não são patrões dos professores, se permitirem fazer determinadas declarações que o Governo não vem colocar na ordem.

Queremos uma escola para o futuro, diz o Sr. Primeiro-Ministro. De facto, neste momento, nem para o presente a escola consegue dar resposta.

Em relação às questões de investimento, gostava de dizer que as medidas positivas que o Sr. Primeiro-Ministro anuncia são todas elas para ir introduzindo gradualmente, para se ir fazendo estudos sobre elas, até ao final da Legislatura, enquanto que as medidas de corte, essas, são para entrar em vigor desde já, imediatamente, à custa, desde logo, dos professores, que são vistos como um custo e não como os principais fazedores da educação e dessa componente de desenvolvimento do nosso país.

Passo agora a algumas questões muito concretas, Sr. Primeiro-Ministro. Quanto aos estágios remunerados, a opção do Governo foi a de acabar com os estágios remunerados. Parece-lhe que esta é uma atitude positiva no sentido de melhorar a qualidade da formação dos nossos professores? Não lhe parece que, com esta medida, esses professores estagiários serão colocados à margem do real funcionamento das escolas e a qualidade dos seus estágios e da sua formação será prejudicada?

O Sr. Primeiro-Ministro falou também do alargamento do horário das escolas. Sabemos que, hoje em dia, muito é pedido às escolas. Isto porque as famílias têm cada vez menos condições para educar os seus filhos e para estar com eles. Ora, com esta medida, corremos o risco de ter instituições (e, neste caso, de a escola substituir essas instituições) que são depósitos de meninos, de crianças, de alunos. Esta é uma visão que tem de ser fortemente combatida.

É que a falta de tempo livre de qualidade com as famílias é gravíssimo e as escolas, se vão cumprir esse papel, têm de ser dotadas de condições para isso, condições materiais, que não têm — e o Sr. Primeiro-Ministro falou nas escolas que estão mais degradadas, as do 1.º ciclo —, e a nível de docentes, pois é preciso mais professores. E quando o Governo vem dizer que não é preciso requisitar mais professores para implementar essas medidas, ficamos surpresos, pois entendemos que é preciso não só mais professores mas mais psicólogos, mais assistentes sociais e mais animadores sociais, para que a escola possa desempenhar essas funções que agora lhe estão a ser pedidas.

Uma última questão diz respeito à escola que queremos, se queremos uma escola democrática, inclusiva, que ensine a diversidade e a diferença. Hoje, as turmas têm cada vez mais alunos diferentes. Na realidade, sempre foi assim; acontece que, provavelmente, hoje, se olha mais para esse aspecto. A verdade é que as turmas são muito complexas, os alunos não são todos iguais e há cada vez mais casos de alunos que, por motivos económicos e sociais, aparecem com problemas e dificuldades sérias de aprendizagem. Daí que o actual sistema, o número de alunos por turma e a falta de professores de apoio sejam um entrave sério à criação de igualdade dentro das escolas. Por isso, pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro e, particularmente, à Sr.ª Ministra da Educação se não consideram fundamental a abertura de mais vagas para professores de ensino especial e outros professores de apoio.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente António Filipe.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, em primeiro lugar, o que estamos a fazer no domínio da educação — e, genericamente, com as medidas que propusemos para a Administração Pública — é cumprir o nosso programa.

Está bem inscrita no programa eleitoral do PS a ideia de que o sistema de segurança social da função pública deve evoluir no sentido da convergência com o regime geral. Aliás, isso está escrito nos programas de todos — não sei se também no do seu partido — ou da maior parte dos partidos políticos há mais de 15 anos! Desde que fui eleito Deputado, pela primeira vez, em 1987, que me lembro que essa medida fazia parte de todos os programas de todos os partidos.

Houve agora um Governo que teve a coragem de o fazer, porque a situação é verdadeiramente insustentável. E não se trata de fazer algo que não tenhamos assumido na campanha eleitoral. Assumimo-lo!

Portanto, Sr. Deputado, é mentira que a actual situação seja justa, porque não é. Não é justo que alguém se possa reformar aos 52 anos e a maior parte dos portugueses apenas o possa fazer aos 65 anos. Isso é que não é justo!

Também é mentira que esta situação seja sustentável, porque não é — isso, sim, é uma mentira e uma ilusão! Todos aqueles que estão minimamente familiarizados com os problemas do nosso Estado reconhecem que esta situação não podia continuar, e é preciso dizer às pessoas, com clareza, que o Estado não tem condições para garantir reformas aos 52 anos.

Isto nada tem a ver com direitos adquiridos. Não, Sr. Deputado! Esses direitos serão respeitados, mas não podemos continuar a ter, para o futuro, um Estado social que dá a classes profissionais regimes especiais.

Preocupa-me pouco o «estado de graça», Sr. Deputado. Um governo que comece a governar a pensar em sondagens é um governo que estará manietado. Mas este Governo deu uma nota clara de que governa independentemente do ciclo eleitoral, do calendário eleitoral. Aliás, a crítica que faziam ao Governo, no passado, era a de que não governava; agora, dizem que governa demais. Entendam-se as oposições!

Aplausos do PS.

«Atacar os professores», outra vez esse *slogan*... Não, Sr. Deputado, estas medidas são para defender os bons professores e o nosso sistema educativo; estas medidas visam corrigir desigualdades e melhorar a justiça no interior do sistema educativo. Elas destinam-se a toda a Administração Pública, não são apenas dirigidas aos professores.

Também quero dizer-lhe, com frontalidade, que temos muitas situações especiais, situações especiais que o Estado não está em condições de garantir — a verdade é esta.

No que respeita aos estágios remunerados, também não estamos em condições de os garantir, por isso eliminámos essa possibilidade. Fizemo-lo para tornar o sistema muito mais justo: todos aqueles que são

licenciados têm o mesmo regime de acesso a estágios em todas as faculdades. Não podemos privilegiar ninguém, mas faremos o que nos compete fazer, por isso serão atribuídas ajudas de custo e bolsas para que aqueles que antes tinham direito a um estágio remunerado e, logo que saíram da universidade, auferiam um ordenado de professor – agora que essa situação não pode ser mais sustentada pelo Estado –, possam beneficiar de apoio por parte do Estado para acederem a um estágio no sistema educativo.

O Estado não está em condições de continuar com regimes especiais que têm um elevado peso no Orçamento e que criam condições de desigualdade.

As medidas que estamos a tomar não se destinam apenas à consolidação das contas públicas e a eliminar o défice orçamental, são medidas justas, equilibradas, que visam pôr na ordem o Estado social para que ele, finalmente, possa responder aos que dele precisam e não ficar capturado por aquelas classes profissionais que têm mais possibilidades de contestar, de reivindicar e de exigir aquilo a que a maior parte não tem direito.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (António Filipe): — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. Francisco Madeira Lopes (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a diz que as medidas do Governo não são economicistas. Verificámos, porém, que o verdadeiro Programa do Governo foi conhecido quando apresentaram o Programa de Estabilidade e Crescimento. Esse, sim, é que é o verdadeiro Programa do Governo!

É por isso que os trabalhadores vos chamam mentirosos: votaram num partido que apresentou um programa eleitoral mas que, depois, revelou o verdadeiro programa, as verdadeiras medidas. Esses trabalhadores chamaram-vos mentirosos, penso eu, com toda a razão.

O Sr. Primeiro-Ministro fala dos «bons» professores e das «boas» escolas. Certamente, fá-lo porque há «maus» professores, aqueles que têm de ser erradicados do sistema educativo, e com isto traz de novo a questão da avaliação. Como vai fazer-se essa avaliação, Sr. Primeiro-Ministro? Será que os «bons» professores são aqueles que, por terem turmas compostas por alunos que, majoritariamente, provêm de famílias com boas condições, obtêm bons resultados, e aqueles que, lutando todos os dias em escolas com grandes dificuldades, escolas que recebem alunos de zonas sociais economicamente degradadas, têm grandes dificuldades em conseguir pequenos resultados, mas valiosíssimos resultados, certamente serão considerados piores professores?

Há outras questões, Sr. Primeiro-Ministro, que não posso deixar de referir, porque o tempo de que disponho é escasso.

No passado dia 5 de Junho, no Dia Mundial do Ambiente, o seu Governo e o Ministro do Ambiente promoveram um Conselho de Ministros em cuja conferência de imprensa omitiram dois pontos fundamentais e incontornáveis na política do ambiente, que passo a citar.

O primeiro é o das alterações climáticas e o não cumprimento por Portugal das metas do Protocolo de Quioto. De facto, as únicas medidas do Governo traduzem preocupações relativas ao funcionamento do mercado do carbono e não em modernizar os processos produtivos em Portugal. Estamos à espera de ver os resultados desse «choque tecnológico»... Certamente, o «choque tecnológico» não se resume a ensinar inglês e a resolver os problemas do ensino da matemática; ele não pode ficar à espera que essas gerações cheguem a adultos e façam, eles próprios, a mudança. Temos de começar esse «choque tecnológico» também nas nossas indústrias e no sector dos transportes, para reduzir as emissões dos gases com efeito de estufa. De facto, não se tem visto qual é a política concreta do Governo nesta matéria.

O segundo ponto, que não foi tratado na referida conferência de imprensa mas sobre o qual, entretanto, fomos colhendo notícias posteriores, prende-se com a matéria dos resíduos industriais perigosos e o processo dos CIRVER.

Soubemos agora que o Ministro do Ambiente já homologou a decisão da comissão de avaliação. No entanto, ficaram algumas dúvidas que convinha esclarecer, até porque este Governo começou por desvalorizar claramente o processo dos CIRVER, dizendo que o processo da co-incineração tinha de voltar, independentemente dos problemas de saúde pública e apesar de ainda não serem conhecidos os estudos epidemiológicos prometidos. Mas os senhores continuam a avançar com essa prioridade – claramente uma prioridade.

Importa saber, Sr. Primeiro-Ministro, primeiro, em relação aos CIRVER, se serão instalados dois ou apenas um. Ficarão os dois instalados na Chamusca ou, de acordo com o princípio da proximidade da produção dos resíduos e do seu tratamento, ainda haverá a possibilidade de um dos CIRVER ficar instalado no Norte?

Por outro lado, quanto à questão das acessibilidades a esse futuro CIRVER na Chamusca, pergunto em que ponto está a construção do IC3, que é fundamental para desviar as rotas dos resíduos perigosos de dentro de localidade. Está prevista essa questão?

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, vai dizer-nos hoje, ou antes das eleições autárquicas, onde é que o Governo pretende co-incinerar resíduos industriais perigosos?

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Diga lá!

O Orador: — É no Outão? Foi por isso que mudaram a regulamentação relativamente ao Parque Natural da Arrábida? Diga-nos lá, Sr. Primeiro-Ministro!

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (António Filipe): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, vou ler o Programa do Governo do Partido Socialista: «Uniformizar-se-ão ainda, progressivamente, os diversos regimes de protecção social, nomeadamente no que respeita à idade de reforma, reduzindo as iniquidades que subsistem em termos dos direitos dos cidadãos». Diga lá, Sr. Deputado, quem é que está a mentir: sou eu que estou a mentir ou é o senhor, quando diz que o que consta do Programa do Governo é uma coisa mas o que lá está é outra?

Aplausos do PS.

Digo-lhe mais, Sr. Deputado: que alguns manifestantes não tenham respeito pelo direito de se manifestarem e usem esse direito insultando políticos, ainda vá que não vá... Agora, que o Sr. Deputado traga esses insultos para a Câmara, isso já passa as marcas!

Também lhe digo outra coisa: não vim a esta Assembleia para dar-lhe lições de boa educação, por isso passemos a outras matérias.

Em todo o caso, quero deixar bem claro que o Programa do Governo e o programa eleitoral do Partido Socialista estão a ser escrupulosamente cumpridos...

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Não é verdade!

O Orador: — ... no que diz respeito às medidas e às orientações das alterações quanto à idade da reforma.

Aplausos do PS.

As medidas não são economicistas. A questão não é económica, a questão é de justiça e de equilíbrio.

Se o Estado não toma estas medidas para limitar os direitos especiais de que desfrutam tantas classes profissionais, a verdade é que, mantendo esses sistemas, estamos a pôr em causa as reformas actuais e as reformas dos nossos filhos. É a pensar no futuro que estas mudanças têm de ser feitas, e não há alternativa, ou melhor, a alternativa de deixar tudo como está é algo que conduz ao desprestígio, ao declínio do Estado social.

É assim que alguém de esquerda que percebe a importância do Estado na vida de todos nós se deve comportar, não disfarçando as questões mas enfrentando-as com coragem!

Aplausos do PS.

Percebo que o Sr. Deputado nada tenha a dizer sobre educação — já não teve nada a dizer na primeira intervenção —...

O Sr. Francisco Madeira Lopes (Os Verdes): — O Sr. Primeiro-Ministro nem respondeu às perguntas que lhe fiz!

O Orador: — ... e que, por isso, venha falar de ambiente e, mais uma vez, do tratamento de resíduos industriais. Ora, sobre este assunto, apenas quero dar-lhe uma resposta definitiva: o Sr. Deputado vai ter os resíduos industriais tratados, em Portugal,...

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Onde?

O Orador: — ... através do recurso àquelas que são as melhores técnicas disponíveis, designadamente recorrendo ao enterramento dos resíduos, à sua deposição em aterros mas, também, à co-incineração, que é a melhor forma de tratar a fracção orgânica dos resíduos industriais perigosos.

O Sr. Deputado já devia ter percebido que, nesta matéria do ambiente, há uma nova política, uma política que visa atingir resultados: vamos melhorar os padrões ambientais em Portugal, dar melhores condições à competitividade da nossa indústria, porque vai haver um sítio onde tratar os resíduos, tendo também presente a defesa da saúde pública. Nós vamos tratar os resíduos industriais.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, concluímos a primeira ronda de perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

Para iniciar a segunda ronda de perguntas, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Duarte.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que, com toda a frontalidade, comece por manifestar a minha desilusão com a sua intervenção de hoje. Faço-o porque, perante um tema tão relevante e tão decisivo para o nosso futuro como é o tema da educação, tenho de concluir que, hoje, V. Ex.^a não nos trouxe aqui rigorosamente, repito, rigorosamente, nada de novo sobre esta matéria, para além de não manifestar uma única visão minimamente estruturante, minimamente estratégica para o futuro do nosso ensino.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Permite-me também — e vai perdoar-me a mesma frontalidade que há pouco enunciei — que lhe diga que me parece que a conclusão a que todos podemos chegar é que V. Ex.^a, hoje, tentou encenar, aqui, um aproveitamento político, que não me parece legítimo, do sentido de responsabilidade e de cidadania dos nossos professores, apesar das críticas e das reivindicações (muitas delas legítimas) que têm perante o Governo, ao não quererem prejudicar os alunos e as suas famílias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Não me parece legítimo. O mérito pelo facto de os exames terem corrido bem é dos professores e, repito, não me parece que fique bem ao Governo e a V. Ex.^a tentar capitalizar politicamente essa atitude dos nossos professores.

Aplausos do PSD.

Disse-lhe que não trouxe aqui nada de novo, mas, na verdade, trouxe uma novidade. É que, perante as talis cinco medidas — ou medidazinhas, melhor será dizer — que nos trouxe aqui, há uma novidade: o recuo face a essas medidas.

Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses recordam-se bem dos cartazes espalhados pelo País a dizerem «Inglês no 1.º ciclo para todos.» Hoje, chegamos à conclusão que, afinal, é para 25% das escolas.

Protestos do PS.

Lembramo-nos que V. Ex.^a se deslocou a uma escola e, com pompa e circunstância, anunciou o alargamento do horário escolar do 1.º ciclo para todas as escolas. Bem sei que foi há dois meses, bem sei que há um mês atrás um comunicado do Ministério da Educação já nos dizia que, afinal, a medida do Ministério da Educação só avançará em 75% das escolas do 1.º ciclo, mas hoje, o Sr. Primeiro-Ministro disse-nos que, afinal, só avançará em 50% das escolas.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Quando chegar a Setembro o número vai chegar aos 25%!

O **Orador**: — É bom que o ano lectivo comece depressa, senão esta é mais uma medida para «enfiar na gaveta»!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Perante estas medidas, vou colocar-lhe questões concretas. Assim, peço-lhe respostas directas e que abandone um pouco este registo de generalidades que aqui nos trouxe hoje, respondendo concretamente, com palavras e, de preferência, com números muito concretos.

Disse-nos que o alargamento do horário escolar seria aplicado em 50% das escolas. Esta medida foi, certamente, preparada e, portanto, o Sr. Primeiro-Ministro saber-me-á dizer em quantas escolas já ocorre, hoje em dia, este alargamento até às 17 horas e 30 minutos. É que, se ocorrer em 5% das escolas, é um forte avanço; se ocorrer em 49% ou em 60%, provavelmente será até um recuo. Portanto, este número é fundamental para sabermos onde é que esta situação ocorre, nomeadamente por iniciativa das autarquias locais.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Disse-nos também que o ensino do inglês iria existir em 25% das escolas. Em quantas escolas existe hoje, por iniciativa das autarquias? Em 5%, é um bom avanço; se for em 30%, estamos a recuar.

O Sr. Primeiro-Ministro trouxe-nos esta novidade de dizer que as ideias devem partir da oposição. O Sr. Primeiro-Ministro não condecorá, mas há um projecto de lei de bases da educação, apresentado por este grupo parlamentar, onde estão previstas medidas concretas. Relativamente à escolaridade obrigatória, ao combate ao insucesso escolar, à gestão das escolas, ao ensino profissional e tecnológico, o Sr. Primeiro-Ministro nada tem para nos dizer. Ora, isso é francamente lamentável.

Já agora, quase em jeito de interpelação, o Sr. Primeiro-Ministro saber-me-á dizer, certamente, qual foi a Sr.ª Ministra da Educação que assinou o Decreto-Lei n.º 20/2005, de 19 de Janeiro, que tenho aqui na mão, que institui o actual sistema de colocação dos professores que está em vigor.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, lamento, mas quem nada trouxe de novo ao debate foi o Sr. Deputado.

Risos do PS.

Nem uma medidazinha para amostra, nem uma proposta! Afinal de contas, Sr. Deputado, esta é foi a segunda oportunidade perdida do PSD para, num debate sobre a educação, apresentar um medida.

Diz o Sr. Deputado: «Isso são medidazinhas!». O Sr. Deputado considera que é uma medidazinha a ambição de, em quatro anos, nesta Legislatura, dar refeições a todas as crianças que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico?! O Sr. Deputado também considera que é uma medidazinha pôr todas as crianças do 1.º ciclo do ensino básico, durante a Legislatura, a aprender inglês?!

Vozes do PS: — Pois, pois!

O Orador: — O Sr. Deputado também considera que é uma medidazinha as escolas do 1.º ciclo do ensino básico, em Portugal, abrirem até às 17 horas e 30 minutos, durante os próximos quatro anos?!

O Sr. Deputado considera que tudo é uma medidazinha! Mas quais são as suas «medidazonas»?! Diganos lá quais são!

Risos do PS.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, quem fala em generalidades é o Sr. Deputado! O senhor só tem generalidade e retórica! Não foi capaz de contribuir com nada concreto para o debate que estamos a travar.

Claro que falei em toda a legislatura, pois só na mente daqueles que não conhecem os problemas é que poderia passar pela cabeça que, ao fim de seis meses, conseguíramos implementar este programa em todas as escolas. Repito: é para toda a legislatura! A não ser que queira que leia outra vez o Programa Eleitoral, onde está bem claro que introduziremos o inglês no 1.º ciclo do ensino básico ao longo de toda a legislatura. O Sr. Deputado sabe perfeitamente disso, e vamos fazê-lo. Este ano, no ano que agora se inicia, garantimos isso pelo menos em 25% das escolas.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Quantas são hoje?

O Orador: — Sr. Deputado, ouça agora com atenção! Sei que não lhe agrada, mas ouça.

Ao anunciarmos estas metas, estamos a agir com segurança. Temos uma expectativa de o número ser maior, mas, naturalmente, o que queremos anunciar é que pelo menos um quarto das escolas terão inglês, num regime bem definido, com uma orientação pedagógica vinda do Ministério da Educação, em regime extracurricular, concertado com as autarquias, e chegaremos ao final da legislatura com este hábito imposto nas nossas escolas no 1.º ciclo do ensino básico, onde todas as crianças aprenderão inglês.

O Sr. Deputado disse que isto é «uma medidazinha»! Olhe, Sr. Deputado, o senhor não sabe do que está a falar, nem sabe da importância que esta medida tem para a aprendizagem em Portugal, para o sistema educativo e para a competitividade do nosso país.

O Sr. Deputado disse ainda que vim aqui falar de educação e não falei em nenhuma medida de combate ao insucesso escolar. Mais uma vez, Sr. Deputado, o senhor não sabe do que está a falar.

Melhorar a nossa escola no 1.º ciclo do ensino básico é o melhor contributo que podemos dar para que não haja tanto insucesso escolar, para o combater. Na verdade, é aí, verdadeiramente, que o insucesso escolar é menos admissível, porque não nos podemos resignar a ter aí 15% de reparações.

Aplausos do PS.

Ora, isso melhora-se com estas medidas, melhora-se com a qualificação dos professores. Se o Sr. Deputado tiver alguma medida concreta a propor, faça o favor de o fazer, que ainda tem uma última oportunidade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não respondeu a nada!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosalina Martins.

A Sr.^a **Rosalina Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, ao longo deste debate está a ficar claro que à oposição não interessa debater as questões da educação.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Interessa, interessa!

A **Oradora**: — O Sr. Deputado do Partido Comunista acusou o Sr. Primeiro-Ministro de ter feito uma intervenção pouco rigorosa. Aliás, disse que não era uma intervenção de rigor. Ora, aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro aqui nos trouxe hoje foi, efectivamente, uma intervenção de rigor, onde fez o balanço do final do ano lectivo e onde explicou o porquê dos serviços mínimos a uma greve à medida do calendário de exames. Seguidamente, apresentou as propostas para o próximo ano lectivo, que se iniciará no próximo mês de Setembro.

Ficou também claro que a oposição não conhece o Programa Eleitoral do Partido Socialista.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Isso ficou claro!

A **Oradora**: — Ficou claríssimo, porque o que se dizia no Programa Eleitoral do Partido Socialista relativamente à educação era o seguinte: «É urgente uma política de verdade e de coragem que volte a colocar todas as energias ao serviço dos beneficiários do sistema educativo», isto é, dos alunos. Ora, este Governo tem implementado medidas que vão, objectivamente, ao encontro do interesse dos alunos.

Mais: a Sr.^a Ministra da Educação, em sede de Comissão de Educação, Ciência e Cultura, já tinha referido quais as grandes perspectivas do Programa do Governo do Partido Socialista. Ou seja, consolidar o ensino básico, generalizar o secundário e apostar na educação ao logo da vida.

Queria aqui lembrar que foi o Partido Socialista quem colocou, em 1995, o pré-escolar na agenda e é o Partido Socialista que hoje volta a colocar a questão do 1.º ciclo na agenda,...

Aplausos do PS.

... porque, efectivamente, este continua a ser o «parente pobre» do sistema educativo.

É evidente que não teremos qualidade nas aprendizagens e não conseguiremos melhorar os índices de insucesso se não centrarmos a aposta para a requalificação e a reordenação na rede do 1.º ciclo e se não apostarmos numa formação contínua adequada dos seus professores.

As medidas aqui apresentadas não correspondem a nenhum menu, Sr. Deputado Francisco Louçã, nem são medidazinhas, Sr. Deputado Pedro Duarte. Aliás, o Sr. Deputado Pedro Duarte referiu aqui que é preciso uma estratégia global e que o PSD apresentou uma lei de bases do sistema educativo. Esqueceu-se, porém, de dizer que essa mesma lei de bases foi vetada pelo Sr. Presidente da República porque não obteve consenso nesta Câmara...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Mentira! Foi votada pelos Deputados!

A **Oradora**: — ... e representava um gravíssimo ataque à escola pública. Essa foi uma das razões do voto do Sr. Presidente da República.

Aplausos do PS.

Portanto, as medidas do PSD já as conhecemos. As medidas do PS são medidas concretas, que estão no Programa do Governo e que serão cumpridas ao longo da legislatura.

Se os Srs. Deputado quiserem, terei todo o gosto em oferecer-lhes um Programa do Governo, para que, na próxima discussão, tenham presentes as medidas do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Manuel Alegre.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, agradeço as suas palavras e também o facto de ter recordado que a essência do Programa do Governo e do programa com que o Partido Socialista se candidatou é a defesa da escola pública.

Temos bem consciência da importância que tem a melhoria do nosso sistema público para melhorar o nível de qualificação dos portugueses. E sempre fizemos esta defesa durante a campanha, insistindo que um dos principais pontos para melhorar a competitividade do País e para afirmar Portugal no contexto da economia global é melhorar a qualificação dos portugueses, o que não será atingido se não melhorarmos muito a nossa escola pública.

A definição desta prioridade diz respeito essencialmente à constatação mais evidente para aqueles que têm filhos. Basta ter filhos para se perceber que o que ficou para trás foi a antiga escola primária, foi o 1.º ciclo. É aqui que temos de fazer um esforço muito semelhante ao que foi feito no passado quer no pré-escolar quer também nos outros níveis de ensino. É aqui que temos de investir o melhor dos nossos recursos e o melhor dos nossos esforços.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para formular uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita.

Vozes do PS: — Ah! É agora!

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr. Presidente, espero que o Partido Socialista acrecente agora os 30 segundos que faltavam há pouco!

Sr. Primeiro-Ministro, penso que a governação socialista, em matéria de educação, pode sintetizar-se em três tipos de medidas: as medidas contra a educação, que não foram anunciadas mas foram postas em prática, as medidas anunciadas à medida da comunicação social e a ausência de medidas para os graves problemas da educação. Penso que o Sr. Primeiro-Ministro subscreve por inteiro esta minha análise, até porque lhe vou dar exemplos do que acabei de dizer.

Quanto às primeiras, as medidas contra a educação e os professores, penso que é hoje indescritível que reina o afrontamento, o desrespeito, o autoritarismo e a arrogância, quer do Sr. Primeiro-Ministro, quer da Sr.^a Ministra da Educação, relativamente aos professores, às famílias e aos jovens. O Sr. Primeiro-Ministro mandou encerrar todas as actividades lectivas de norte a sul do País e obrigou todos os professores a irem para as escolas, tivessem ou não o que fazer, fizessem ou não greve.

Veja o caricato da situação, Sr. Primeiro-Ministro: numa escola havia 1 aluno para fazer exame. Sabe quantos professores estavam lá para o vigiar? 110! Em Coimbra havia 6 alunos para vigiar. Sabe quantos professores levavam a cabo essa vigilância? 130! No Alentejo havia 1 aluno para vigiar. Quantos professores o vigiavam? 95! A isto o Governo chama descaradamente, digo-lho com toda a simpatia, Sr. Primeiro-Ministro, serviços mínimos de educação!

Depois, reina o autoritarismo, Sr. Primeiro-Ministro. Tenho aqui comigo o célebre papel que chegou ontem ao Algarve e ao Alentejo. Falo de um documento enviado pelo seu Governo para as direcções regionais e para todos os conselhos executivos. Este documento diz que os senhores queriam com urgência, durante o dia de ontem, até às 10 horas da manhã ou, o mais tardar, até às 14 horas e 30 minutos, a lista dos «malandros» — este termo sou eu que acrescento, Sr. Primeiro-Ministro —...

Vozes do PS: — Ah!

A **Oradora**: — ... ou, para ser mais precisa, a lista dos grevistas. Sabe o que é que se acrescentava em nota? Que, se não viesse a lista, os conselhos directivos ficavam sinalizados.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É um escândalo!

A Oradora: — Esta é, portanto, a minha primeira pergunta: o que é que querem dizer com o termo «sinalizados»? Querem dizer que fazem o mesmo que fazia a PIDE, antes do 25 de Abril, quando os professores se manifestavam?!

Protestos do PS.

Peço-lhe que nos explique o que significa isto, Sr. Primeiro-Ministro. Se precisar, empresto-lhe o documento, pois tenho-o aqui comigo.

Reina, depois, a obsessão pela redução da despesa. O Sr. Primeiro-Ministro já aqui explicou, sem, no entanto, explicar — ou, melhor, explicando de uma forma tão clara que não nos deixou dúvidas —, que os estágios pedagógicos não acabam porque são bons ou porque representam a aposta na qualificação dos futuros professores mas, sim, porque custam dinheiro. Esta é que a vossa estratégia para a educação?! Esta é que é a grande medida para qualificar os portugueses?! Acabar com os estágios pedagógicos porque tem de se poupar dinheiro?! E pouparam na educação?! Sr. Primeiro-Ministro, há tantas coisas em que se pode poupar!

Depois, vamos às medidas «requentadas», ou seja, às medidas anunciadas na campanha eleitoral e, depois, por três vezes, aqui no Parlamento. Falo do inglês e do prolongamento do horário das escolas.

Sr. Primeiro-Ministro, o Programa do Governo ainda falava em inglês para toda a gente, mas agora V. Ex.^a já veio dizer-nos que o ensino da língua inglesa será extracurricular e para quando houver vagar ou para quando for possível. Quem é que fica de fora? Por onde é que o Sr. Primeiro-Ministro começa? É pelas escolas mais bem posicionadas no ranking ou por aquelas que estão em pior lugar nessa mesma lista?

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro... Eu queria que o Sr. Primeiro-Ministro me ouvisse, mas, aparentemente, ele «não está cá»!

Como dizia, queria perguntar, em último lugar, ao Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Tem de concluir, Sr.^a Deputada!

A Oradora: — Não consigo fazer com o que o Sr. Primeiro-Ministro me oiça, Sr. Presidente!

O que me diz, finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, à ausência total de medidas no que respeita ao abandono e ao insucesso escolares e à valorização das escolas profissionais, particularmente da Região de Lisboa e Vale do Tejo? Em todas as medidas que o Sr. Primeiro-Ministro aqui anunciou não incluiu uma que dissesse respeito a estes temas.

Termino, Sr. Primeiro-Ministro, perguntando-lhe onde estão as medidas para a requalificação e apetrechamento das escolas do 1.º ciclo. É que hoje, Sr. Primeiro-Ministro, as escolas que há são as mesmas que o País tinha há 30 e 40 anos e sobre isso o Sr. Primeiro-Ministro disse nada!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — A Sr.^a Deputada Luísa Mesquita pôde, finalmente, usar da palavra! E eu estava a ouvi-la com muita atenção!

Ao longo da nossa actividade política, vamos desenvolvendo a capacidade de termos uma atenção desperta e de sermos capazes de ouvir várias conversas simultaneamente. Estava, portanto, a ouvi-la com atenção e respeito. Nem sempre com prazer, mas com respeito!

Risos do PS.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Ouvir a verdade custa!

O Orador: — Aliás, digo-lhe, com simpatia, que se não soubesse que era Deputada julgava, ao ouvi-la, que seria uma dirigente sindical!

Risos do PS.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Já fui dirigente sindical e com muita honra!

O Orador: — Há, contudo, uma diferença entre o interesse geral e os interesses corporativos, como sabe. De todo o modo, concordando consigo na constatação de que houve, neste processo, desrespeito, divergimos num ponto essencial: é que considero que o maior desrespeito que se verificou foi aquele que incidiu sobre as famílias e os alunos, que há muito tempo se preparavam para os exames e que deveriam, por isso, realizá-los.

Aplausos do PS.

Todos os professores me acompanham, Sr.^a Deputada. Todos os professores consideram que os serviços mínimos na educação passam por não abandonar os alunos na altura em que eles vão fazer um exame nacional. O Governo, por seu turno, tinha o dever de fazer tudo o que estava ao seu alcance, dentro da lei, claro, para que esses alunos e essas famílias vissem também os seus direitos respeitados. Se a Sr.^a Deputada pensa que tudo isso se deveu a um grande autoritarismo por parte do Governo, explique-me, por favor, o que é que sucedeu nos Açores.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — É serviço mínimo estarem presentes 130 professores para vigiar o exame de 1 aluno?!

O **Orador**: — A Sr.^a Deputada já teve oportunidade de falar. Agora, peço-lhe que me ouça, como eu fiz em relação a si!

Pedi-lhe que me explicasse o que se passou nos Açores, visto que aí não foi imposto o cumprimento de serviços mínimos e, contudo, lá estavam os professores. Estavam, porque tinham essa responsabilidade e tinham consciência de que era necessário não fazer greve aos exames. Este é que é o ponto! Compreendo que os sindicatos, sendo essenciais à nossa sociedade, tenham o dever de lutar. Penso mesmo que a acção sindical é muito importante na defesa dos direitos dos trabalhadores. Mas, Sr.^a Deputada, penso também que, neste caso, os sindicatos não tiveram em conta os interesses dos alunos e das famílias. Considero que se impõe com clareza a qualquer espírito que, na educação, os exames são o serviço mínimo que deve ser assegurado.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Finalmente, Sr.^a Deputada, os estágios pedagógicos vão continuar a existir. O que vai deixar de existir é um regime especial para alguns que, não sendo ainda licenciados, vão dar um ano de aulas como se fossem já professores. Isso é que o Estado não está em condições de suportar.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Isso não é verdade!

O **Orador**: — Compreendo mesmo que, no passado, possa ter havido razões para isso ter acontecido, mas neste momento esse é um factor de injustiça e de desigualdade. A Sr.^a Deputada não se engane,...

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Eu não! O senhor é que está enganado!

O **Orador**: — ...que as medidas que estamos a tomar são justas! V. Ex.^a bem pode defender o contrário, porque pensa que estamos a falar de direitos adquiridos e de expectativas, mas a verdade é que o nosso Estado social vive dos direitos adquiridos e dos direitos ainda não adquiridos. E estes destinam-se aos que precisam de uma educação melhor e precisam que coloquemos todo o nosso esforço e todos os nossos recursos financeiros na melhoria da educação em Portugal.

Os regimes especiais não têm o menor sentido e, volto a dizê-lo, relativamente à idade da reforma e a todas as medidas que estamos a tomar na Administração Pública ainda não houve ninguém nesta Sala que conseguisse dizer que é justo alguém poder reformar-se aos 52 anos de idade. Eu não creio que isso seja justo!

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Não respondeu a nada!

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para formular uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Sr. Primeiro-Ministro começou por dizer, quando produziu a sua primeira intervenção, que este debate tinha lugar nesta altura por estarmos no final do ano lectivo. Concordando que é importante discutir as questões sobre educação no final do ano lectivo, não deixo de lhe dizer que foi exactamente esse o argumento que o CDS-PP apresentou há 15 dias para discutir um projecto de lei sobre manuais escolares, se bem que, na altura, a posição da bancada do Partido Socialista tenha sido completamente diferente daquela que hoje o Sr. Primeiro-Ministro manifestou.

Como tal, desejo que essa sua atitude faça escola no Partido Socialista, percebendo-se que a altura certa para discutir as questões da educação é o final dos anos lectivos, por estarem, então, criadas as condições

para um debate mais sério e produtivo e para que as medidas possam ser apresentadas para o ano lectivo subsequente.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Queria ainda dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que o tipo de debate que deve esperar da bancada do CDS-PP é, naturalmente, diferente do que tem com outras bancadas. Nós queremos discutir a qualidade da educação e não certos complexos sobre a mesma. Queremos discutir o que temos de acrescentar em termos de qualidade e não o que queremos manter do passado. Finalmente, queremos falar da educação para o futuro e esperamos respostas do Sr. Primeiro-Ministro nesse mesmo sentido.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Deste modo, começamos por dizer algo que é clarificador e que V. Ex.^a, naturalmente, sabe, mas que, normalmente, não passa para a opinião pública. É que Portugal não é um país que invista pouco em educação. Portugal investe de uma forma bastante razoável neste sector. Num estudo recente de um instituto suíço, Portugal aparece em 8.º lugar mundial na lista dos países que apresentam uma melhor relação entre o que investem na educação e o valor do PIB. Como tal, sendo nós o 8.º país mundial com maior taxa de investimento em educação, o que temos de pedir e de exigir é qualidade e resultados para esse investimento.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — O Sr. Primeiro-Ministro tem de concordar comigo quando afirmo que não temos qualidade nem resultados que correspondam a esse nível de investimento.

Desta bancada lhe digo também que não apelaremos a mais investimento, pois pensamos que, enquanto não atingirmos níveis de qualidade satisfatórios, o aumento de investimento não consegue ser produtivo. Como tal, o que exigimos antes de mais é que o investimento que se faz neste momento seja adequado e produtivo, para, depois, verificarmos se temos ou não mais necessidades.

Nesse sentido, coloco-lhe três questões concretas, a primeira das quais sobre estágios pedagógicos. O Sr. Primeiro-Ministro acabou, em resposta a uma pergunta, de dizer que vai reformular os estágios. Contudo, parece que os pretende reformular não atribuindo turmas aos estagiários e deixando-os exclusivamente a acompanhar o trabalho de outros professores. Pergunto, portanto, como é que isso engrandece, em termos de capacidade pedagógica, esses estagiários e como é que eles vão ser avaliados. Vão verificar se os estagiários se comportam bem a ouvir o professor que acompanham? É isso que releva para a nota de estágio? Exige-se que essas pessoas tenham capacidades suficientes para aumentar a possibilidade de virem a leccionar, sendo para isso essencial que lhes sejam atribuídas turmas. Não falamos, sequer, da questão da remuneração, pois, pensando que o factor pedagógico é mais importante, é sobre ele que queremos respostas.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — Quanto aos manuais escolares, é forçoso dizer que o esforço das famílias portuguesas não pode continuar a ser exigido no início de cada ano lectivo. Por isso lhe lembro que o Governo se comprometeu a apresentar em Outubro o seu projecto quanto aos manuais escolares. Nós esperamos, pois não há que dar importância à impaciência, mas, sim, à necessidade de resolver este problema das famílias portuguesas. Apelo, por isso, ao Governo que reveja a sua posição sobre o empréstimo de manuais escolares, permitindo que o sistema português se adeque ao que se passa na esmagadora maioria dos países da União Europeia para que se rompam, também aí, complexos e se consigam enfrentar interesses instalados. É isso que é essencial.

Em relação à educação sexual, apelo também no sentido de que, de uma vez por todas, se avalie este modelo e se permita um outro mais claro e, acima de tudo, um modelo em que participem as famílias e em que haja liberdade de escolha em relação à frequência de aulas e ao modelo de educação sexual. Esse, sim, seria um modelo eficaz e respeitador das liberdades individuais.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, existe um ponto importante em que estou de acordo consigo, que é a qualidade do investimento no sistema educativo. Tem toda a razão quando chama a atenção da Câmara para o facto de, em Portugal, a despesa pública com a educação estar já na média da OCDE e de os resultados do sistema serem muito insuficientes. Esse é um ponto muito importante, que deve ser cada vez mais sublinhado, porque temos muito a esperar do nosso

sistema de educação, temos um longo caminho a fazer, ou melhor, temos um caminho a fazer para melhorar os resultados.

Não se trata de investir mais, trata-se de manter o nível de investimento, mas melhorar o resultado. E não vejo como é que é possível melhorar o resultado que não seja cortando no desperdício e aplicando-o onde é estratégico.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — É isso, justamente, o que estamos a fazer.

Vou dar-lhe um exemplo: ninguém comprehende, como já disse no meu discurso, que haja uma lei em Portugal que garanta que os professores no último ano antes da sua reforma possam ter horário «zero». Essa é uma lei com a qual ninguém está de acordo.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Claro!

O Orador: — Mas a verdade é que essa prática está instituída.

Pois nós eliminámos essa disposição, por forma a que esses cerca de 100 milhões de euros... São 100 milhões de euros, porque se um professor se vai reformar, suponhamos em Março, isso quer dizer que esse professor em Outubro já não tem horário, e por causa dessa disposição o Estado tem de contratar um outro professor, passando a ter dois: um que dá aulas e outro que não dá. Esta situação não tem o mínimo de sentido! Portanto, o caminho está em cortar neste desperdício para aplicarmos naquilo que é essencial, e o que é essencial é melhorarmos a nossa escola pública e o 1.º ciclo do ensino básico!

Ora, falei aqui, justamente, daquilo que estamos a fazer no sentido de conter e limitar os desperdícios e de cortar naquilo que não tem o mínimo de sentido em Portugal, para aplicarmos no que é fundamental, de forma a que os alunos sejam mais bem servidos e para que o nosso sistema educativo possa servir melhor o desenvolvimento do nosso país.

No que diz respeito aos manuais escolares, trata-se de um tema recorrente, mas mais uma vez...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Um tema importante!

O Orador: — Muito importante!

Já respondi umas três vezes a essa questão — em todos os debates tenho dado resposta a questões sobre os manuais escolares —, mas respondo mais uma vez, com gosto, Sr. Deputado, para lhe dizer que estamos a avaliar as melhores práticas europeias e que, em Outubro, vamos definir o nosso sistema para os manuais escolares, que passa pela certificação e por uma maior estabilidade dos mesmos.

Aquilo que o anterior governo fez, de forma precipitada, para não dizer mais, Sr. Deputado, foi definir uma regra absolutamente inaplicável. Deixe-me dizer-lhe, com simpatia, que quem tem filhos pequenos, como é o meu caso, sabe bem que os manuais escolares não dão para guardar para o ano seguinte, porque se escreve neles — eu fiz exercícios com os meus filhos.

Vozes do CDS-PP: — A regra deve mudar!

O Orador: — Pois, deve mudar. Portanto, era impossível aplicar a regra que os senhores definiram. Isto é mais complexo do que aquilo que se pensa.

Aplausos do PS.

Finalmente, Sr. Deputado, quanto às aulas de educação sexual, temos uma comissão que vai avaliar o sistema actual e vai fazer a sua proposta. Mas uma coisa lhe quero garantir: vamos ter educação sexual nas nossas escolas.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Nós também queremos que haja!

O Orador: — Estão de acordo? Óptimo! Então, existe mais este ponto de acordo com o CDS-PP. Vai haver educação sexual nas nossas escolas.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Manuel Alegre): — Entrando na terceira e última volta de perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Branquinho.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a hoje, nesta Câmara, fez, como aliás é habitual, um discurso redondo e repetitivo. Julgo que V. Ex.^a até já aplicou o «plano tecnológico», porque substituiu a «velha cassete» pelo «DVD», pelo que nós, repetidamente, vamos ouvindo aquilo que V. Ex.^a vem dizendo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — V. Ex.^a fez uma acusação falsa ao Partido Social Democrata. É que o PSD, nesta Legislatura, nesta sessão legislativa, já apresentou medidas concretas sobre educação.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Exactamente!

O **Orador**: — Apresentámos aqui, na Assembleia da República, uma nova lei de bases com medidas concretas para questões de que V. Ex.^a aqui falou. Nesse diploma diz-se, por exemplo, que a escolaridade obrigatória deve passar de 9 para 12 anos, que a gestão das escolas deve ser feita com mais rigor e com mais exigência e que deve haver uma aposta séria no ensino técnico-profissional. O Sr. Primeiro-Ministro sabe que essa lei de bases já foi votada aqui, em Plenário, nesta sessão legislativa?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Foi votada pelo PS!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, deixe que lhe faça a seguinte pergunta para ver se V. Ex.^a me pode responder: sabe qual foi o resultado da votação da nossa proposta de lei de bases da educação? O Partido Socialista votou-a favoravelmente.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, para percebermos melhor, é capaz de me explicar porque é que o Sr. Deputado José Sócrates votou contra o Processo de Bolonha há uns meses atrás nesta Assembleia? É que V. Ex.^a veio aqui hoje dizer que já tinha feito alguma coisa, que tinha aprovado o Processo de Bolonha em três meses, mas esqueceu-se de dizer que, há meses atrás, aqui, exactamente sobre as mesmas coisas e com as mesmas posições, votou contra.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Então, qual é a coerência, Sr. Primeiro Ministro? Ou V. Ex.^a já aprendeu alguma coisa com o PSD?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Uma palavra final, Sr. Primeiro-Ministro: o líder do meu partido, o Sr. Deputado Luís Marques Mendes, na pergunta inicial que formulou, suscitou, de uma forma séria, uma questão da maior importância para o nosso país, que foi a questão da segurança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, já lá vão mais de três horas e V. Ex.^a, até agora, nem uma palavra de tranquilidade disse aos portugueses sobre essa matéria. A questão da segurança não o preocupa, Sr. Primeiro-Ministro?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Não acha que é altura de V. Ex.^a tranquilizar os portugueses sobre esta matéria, sem demagogias, sem populismos e de forma séria, como o líder do meu partido fez?

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, espero que desta vez responda a esta matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Agostinho Branquinho, permita-me que lhe diga que o PSD perdeu esta terceira oportunidade de, finalmente, apresentar uma medida concreta.

Mas já percebi também que temos uma divergência quanto ao que consideramos ser medidas concretas: o Sr. Deputado pensa que o PSD já apresentou muitas medidas concretas e, quando se trata de enunciá-las, refere a «aposta séria no ensino profissional». Isso é que é uma medida concreta?

Quando falo de medidas concretas refiro-me a outra coisa, não a retórica mas, sim, a medidas concretas.

Mas nesse capítulo não temos nenhuma dificuldade em estar de acordo, pois, com certeza, que é preciso fazer-se uma aposta séria no ensino profissional! E também concordamos com o que deverá ser a escolaridade obrigatória!

Se me permitem, vou ler-vos, uma vez mais, o Programa do Governo, para que possam tirar dúvidas: «(...) tornar obrigatória a frequência de ensino ou formação, até aos 18 anos de idade, mesmo quando os jovens já se encontrarem inseridos no mercado de emprego».

Sr. Deputado, deixemo-nos de retórica. A verdade é que o PSD, neste debate, em que se discutia o 1.º ciclo do ensino básico, não foi capaz de dar o seu contributo,...

Vozes do PSD: — É uma cassette gasta!

O Orador: — ... por modesto que fosse, e nem sequer apresentou propostas concretas ou teve criatividade para fazer isso.

Entretanto, faço notar que no momento em que estamos a discutir questões de educação os senhores pensam que também se devem discutir questões de segurança.

Vozes do PSD: — Com certeza!

O Orador: — Sr. Deputado, não sejamos cínicos. Bem sei o que se pretende ao introduzir-se o tema da segurança no momento em que estamos a discutir a educação, ainda por cima dizendo «não queremos ser demagógicos com o tema da segurança».

Mas, quanto à segurança, quero dizer que o Governo leva esse assunto muito a sério, tendo tomado todas as medidas para responder não apenas aos factos em si...

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): — Viu-se!

O Orador: — ... mas também ao impacto que eles tiveram na psicologia geral da população portuguesa.

E, já que o Sr. Deputado considera que o Sr. Deputado Luís Marques Mendes introduziu o tema da segurança com inteira seriedade,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É verdade!

O Orador: — ... gostaria de recordar-lhe as declarações por ele proferidas, que até comprehendo que tivessem sido feitas com excesso. Quando confrontado com os episódios da praia de Carcavelos, o Sr. Deputado Luís Marques Mendes propôs que o Governo providenciasse no sentido de haver um reforço policial em todas as praias, sem excepção.

O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS): — Uma esquadra!

O Orador: — «Sem excepção», Sr. Deputado Luís Marques Mendes, foi o que o senhor disse. Eu comprehendo...

O que o Governo fez foi reforçar e antecipar todas as operações do Verão Seguro. Contudo, Sr. Deputado, desculpe, mas proceder a um reforço policial em todas as praias, sem excepção, não tem o mínimo sentido, porque o Governo não deve fazê-lo, tanto mais que isso afectaria recursos de forma pouco eficiente.

A verdade é que a nossa política de segurança, que está há muito tempo estabelecida, visa, justamente no que diz respeito à educação, considerar a escola como uma área que deve ter uma resposta prioritária. Por essa razão, foi um governo do Partido Socialista que definiu o Programa Escola Segura,...

Aplausos do PS.

Risos do CDS-PP.

... justamente para garantir a tranquilidade e a segurança na escola pública, em Portugal, o qual, aliás, teve êxito. Todos os que acompanharam e avaliaram esse Programa são unâmines em considerá-lo como um dos programas de segurança que mais êxito e sucesso teve e que melhor contributo deu para a segurança e para a psicologia geral da segurança no nosso país!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para formular uma última pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte.

O Sr. **Luiz Fagundes Duarte** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, é deveras comovente o afã com que os sindicatos dos professores, a Federação Nacional de Professores (FENPROF) e a Federação Nacional da Educação (FNE), se levantaram para lançar uma luta encarniçada contra o Governo do PS, que está a cumprir o seu Programa.

Tanto afã reivindicativo é oportuno e comovente. É oportuno porque convocou uma greve de professores de modo a coincidir com os exames nacionais obrigatórios do 9.º ano de escolaridade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi por acaso...

O **Orador**: — É comovente porque pretendeu levar os professores a fazerem o pior que se pode fazer em matéria de educação, ou seja, a prejudicar a vida escolar dos seus alunos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Ora, na perspectiva do Partido Socialista e do Governo, os alunos e a qualidade da sua formação são os objectivos máximos do sistema educativo de um país civilizado e, em caso de conflito entre os interesses dos sindicatos e os direitos das crianças e dos jovens que integram o sistema, a prioridade será sempre dada à defesa e à garantia dos direitos dos alunos.

Aplausos do PS.

Perante os dados estatísticos públicos, vemos que foi assegurado o direito dos nossos jovens a realizarem os seus exames com normalidade e sem que, de qualquer modo, fosse prejudicado o direito à greve dos professores. Aqueles que foram escalados para os exames cumpriram o seu dever profissional; aqueles que o não foram e que entenderam por bem aderir à greve fizeram-no e foram totalmente livres de o fazer. Isto é democracia.

A Sr.^a **Cristina Granada** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — É democracia, apesar de, em todo este processo, um douto juiz de um tribunal português ter exarado uma sentença onde se lê uma «pérola» que eu, respeitosamente, vou citar: «Se os exames fossem uma necessidade impreterível, compreendia-se, mas não cremos que o sejam; são, sem dúvida, importantes e ainda bem que existem, alguns em boa hora introduzidos de novo como em tempos idos, mas podem ser sempre realizados noutra ocasião. Causa transtorno? Claro que causa, mas não é nada de irremediável».

Ora, este ilustre magistrado, com o apoio frenético do PCP, como aqui se viu, acabou de consagrar uma coisa tão simples como esta: considerar bem que se fira o princípio da igualdade na avaliação dos estudantes, permitindo que uns façam exames e outros não, consoante a vontade dos sindicatos.

Mas nesta matéria tudo correu como soça: os professores, contra a vontade das oligarquias sindicais, cumpriram com lealdade e honra as suas obrigações; o Governo, como era de esperar, governou.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luiz Fagundes Duarte, o Governo governou e cumpriu o seu dever, pensando no interesse geral e fazendo tudo o que estava ao seu alcance, não apenas para que as famílias e os alunos fizessem os seus exames, mas para que o sistema educativo pudesse realizar esses exames, podendo assim honrar também a sua responsabilidade e o seu dever, porque os exames são importantes para os alunos, mas também o são para o sector da educação.

Não nos podemos resignar à ideia de uma cultura de serviços mínimos na educação. A nossa ambição é a de melhorar a resposta educativa no País. Temos de ser mais exigentes com a escola, temos de exigir melhores resultados, temos até de ser mais exigentes com os professores. Mas, para exigirmos mais de todos nós, para investirmos mais na educação, devemos também fazer as reformas indispensáveis para que os portugueses, que esperam muito do seu sistema educativo, tenham um sistema educativo que contribua para melhorar a situação do conhecimento em Portugal e para que a nossa economia seja mais competitiva.

De todos os graus de ensino, aquele que mais precisa da ajuda, do apoio, do incentivo do Estado é o 1.º ciclo do ensino básico.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — É neste ciclo de ensino que temos de fazer um esforço acrescido. Mas temos de reconhecer que esse esforço acrescido, esse esforço até financeiro que vamos fazer, esses novos dinheiros que vamos aplicar na escola pública devem provir do corte de desperdícios e de situações absolutamente injustificadas.

O Sr. **Luiz Fagundes Duarte** (PS): — Muito bem!

O Orador: — É esse o nosso Programa: um programa de justiça e ao serviço de uma melhor educação nosso país.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, está concluído este debate mensal com o Primeiro-Ministro.

Srs. Deputados, a Sr.^a Secretária vai dar conta de um aditamento a um relatório da Comissão de Ética, bem como da entrada na Mesa de diplomas, em relação aos quais há pedido de urgência.

A Sr.^a **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o aditamento é relativo a um relatório da Comissão de Ética, que rectifica um relatório anterior, cujo parecer autoriza agora o Sr. Deputado Miguel Pignatelli Queiroz (PSD) a prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo 209/04.8 (Tribunal Judicial de Cantanhede — 1.º Juízo).

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Srs. Deputados, não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.^a **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa as propostas de lei n.^{os} 19/X — Estabelece a titularidade dos recursos hídricos, que baixa à 7.^a Comissão, 20/X — Aprova a Lei-Quadro das Contra-Ordenações Ambientais, que baixa às 1.^a e 7.^a Comissões, 21/X — Regula o acesso à informação sobre ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro, que baixa à 7.^a Comissão, 22/X — Aprova a Lei Quadro da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, que baixa à 7.^a comissão e 23/X — Altera a Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro (Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais), a Lei n.º 21/85, de 30 de Julho (Estatuto dos Magistrados Judiciais), a Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro (Estatuto do Ministério Público), a Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro (Lei Orgânica sobre a Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional) e o Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto (Estatuto dos Funcionários de Justiça), diminuindo o período de férias judiciais no Verão, que baixa à 1.^a Comissão, e a proposta de resolução n.º 6/X — Aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação entre a República Portuguesa e a República Tunisina, assinado em Tunis, em 17 de Junho de 2003, que baixa à 2.^a comissão.

É tudo Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente** (Manuel Alegre): — Srs. Deputados, a nossa próxima reunião plenária terá lugar na próxima quarta-feira, às 15 horas, tendo como ordem do dia a apreciação do projecto de lei n.º 23/X — Suspende a vigência das disposições do Código do Trabalho e da sua regulamentação relativas à sobrevigência das convenções colectivas de trabalho (PCP).

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 35 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho

João Barroso Soares

João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano

Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro

Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal

Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão

Pedro Nuno de Oliveira Santos

Susana de Fátima Carvalho Amador

Partido Social Democrata (PSD):

Arménio dos Santos

José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos

Marco António Ribeiro dos Santos Costa

Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes

Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues

Jaime José Matos da Gama

Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Partido Social Democrata (PSD):

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

João Bosco Soares Mota Amaral

Manuel Filipe Correia de Jesus

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes

Partido Popular (CDS-PP):

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal

Joaquim Augusto Nunes Pina Moura

José Eduardo Vera Cruz Jardim

José Luís Pereira Carneiro

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida

Manuel Maria Ferreira Carrilho

Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro

Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco

Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte

Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho

Carlos Alberto Pinto

Carlos Jorge Martins Pereira

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa

Jorge José Varanda Pereira

José Manuel Pereira da Costa
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Luís Miguel Pais Antunes
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
José Honório Faria Gonçalves Novo

Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas

Bloco de Esquerda (BE):

Fernando José Mendes Rosas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL